

Em sua 804ª Reunião Ordinária de 21 de agosto de 2024, o Colegiado do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo - CONPRESP, com fundamento nos elementos constantes neste processo, considerando o parecer do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH e acolhendo o relatório do Conselheiro Relator, manifestou-se **FAVORAVELMENTE** ao pedido de reforma dos **Anexos 1 e 2** do Mercado Municipal da Cantareira, situado à Rua da Cantareira, nºs 306 a 390 - Centro (SQL 002.031.0001-8), conforme documentos SEI [107355458](#), [107355902](#), [107355992](#) e [107356046](#), devendo ser atendidas as **SEGUINTE** DIRETRIZES:

1. Apresentar em até 120 dias o detalhamento das esquadrias e fechamentos das fachadas laterais dos anexos, com descrição dos materiais a serem utilizados;

2. Futuras intervenções na edificação para implantação de novos usos, ou para a instalação de ar-condicionado, deverão considerar o uso de elementos reversíveis, evitando grandes descaracterizações ou mutilações do ambiente a ser adaptado.

Salientamos que deverá ser atendida toda a Legislação Edilícia incidente, bem como serem consultados os órgãos de Preservação Estadual e Federal.

I. Publique-se, a seguir tomem-se as providências visando informar o interessado da decisão, bem como da necessidade de atendimento da(s) diretriz(es) imposta(s).

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente

NÚCLEO ASSESSORIA JURÍDICA - PUBLICAÇÃO

Documento: [109137603](#) | Balançetes dos Fundos Municipais

São Paulo, 21 de agosto de 2024.



SEI 6027.2024/0004441-5 - FMP

Balançete Orçamentário e Financeiro - JULHO/2024

Fundo Municipal de Parque - FMP

Doc. SEI: [109088058](#)

Atenciosamente,

	Antônio Lucas Júnior Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional Em 21/08/2024, às 15:41.
	Fernanda Rodrigues Lino de Arruda Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional Em 22/08/2024, às 11:04.

Documento: [109139710](#) | Balançetes dos Fundos Municipais

São Paulo, 21 de agosto de 2024.



SEI 6027.2024/0004442-3

Balançete Orçamentário e Financeiro - JULHO/2024

Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA

Doc SEI: [109078620](#)

Atenciosamente,

	Antônio Lucas Júnior Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional Em 21/08/2024, às 14:39.
	Fernanda Rodrigues Lino de Arruda Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional Em 22/08/2024, às 10:59.

COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL

Documento: [109127394](#) | Edital

São Paulo, 22 de Agosto de 2024.

Do Processo nº 2011-0.043.753-0.

Interessado: **Fernando de Souza Campos**.

I. O Coordenador do Departamento de Coordenação de Fiscalização Ambiental, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Art. 27, inciso III, parágrafo 2º, do Decreto Municipal nº 54.421/13, **NOTIFICA**, pelo presente edital, o interessado: **“Fernando de Souza Campos”**, residente a Rua Laerte, nº 108 - Santa Terezinha - São Paulo/SP - CEP: 01874-180, da lavratura do Auto de Intimação nº 038669, ficando intimado a comparecer ao DFA/GTRAAD, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste, a ser agendado através do e-mail: svmatac@prefeitura.sp.gov.br, para tratar da recuperação do dano ambiental causado, referente ao Auto de Infração nº 1416 e Auto de Multa nº 67-006.487-4.

II. Publique-se.

Documento: [109128015](#) | Edital

São Paulo, 22 de Agosto de 2024.

Do Processo nº 2008-0.196.192-7.

Interessado: **Francisco Teixeira**.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

I. O Coordenador do Departamento de Coordenação de Fiscalização Ambiental, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no Art. 27, inciso III, parágrafo 2º, do Decreto Municipal nº 54.421/13, **NOTIFICA**, pelo presente edital, o interessado: **“Francisco Teixeira”**, residente a Rua das Três Marias, nº 57 - Pq. Novo Santo Amaro - São Paulo/SP - CEP: 01874-180, da lavratura do Auto de Intimação nº 038669, ficando intimado a comparecer ao DFA/GTRAAD, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste, a ser agendado através do e-mail: svmatac@prefeitura.sp.gov.br, para tratar da recuperação do dano ambiental causado, referente ao Auto de Infração nº 065657 e Auto de Multa nº 67-013.604-2.

II. Publique-se.

NÚCLEO CONTRATOS

Documento: [109165982](#) | Despacho deferido

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 6027.2024/0009225-8

INTERESSADO: CONDOMÍNIO STELLATO

ASSUNTO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC

DESPACHO

O Coordenador da Coordenação de Fiscalização Ambiental - CFA, nos termos da competência que lhe foi conferida, considerando o disposto no **Decreto Municipal nº 54.421/13**, **RESOLVE** em conformidade com o estabelecido na **Lei Federal nº 9.605/98**, regulamentada pelo **Decreto Federal nº 6.514/08**, tendo em vista a lavratura do **Auto de Infração nº 041792** e seu respectivo **Auto de Multa nº 67-015.036-3**, ambos constantes do **Processo Administrativo SEI nº 6027.2022/0010187-3**, à vista das manifestações do Grupo Técnico de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas - GTRAAD e da Assessoria da Coordenação de Fiscalização Ambiental - CFA, sobre a viabilidade da proposta para reparar o dano ambiental apresentada pelo infrator no Processo Administrativo SEI nº 6027.2024/0009225-8, **DEFERIR** o pedido de celebração de TAC ora oferecido e a consequente **LAVRATURA do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC** com o interessado **CONDOMÍNIO STELLATO**, regularmente inscrito no **CNPJ/MF sob o nº 19.277.069/0001-95**.

Documento: [109173794](#) | Ato

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI Nº 6027.2024/0013160-1

INTERESSADA: RENATA ARO - CPF/MF Nº 203.964.708-23

ASSUNTO: TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO Nº 94/SVMA/CFA/2024

EXTRATO

O Coordenador da Coordenação de Fiscalização Ambiental - CFA conclui pelo total cumprimento do **TAC nº 55/SVMA/CFA/2024** por parte da compromissária. De acordo com o ateste da Coordenadora da Coordenação de Gestão de Parques Urbanos - DGPU/CGPABI, anexado sob documento 106767268 do Processo Administrativo SEI nº 6027.2024/0013160-1, teve-se como atendido o objeto do contrato, com a satisfatória reparação do dano ambiental.

Valor do Auto de Multa nº 67-015.438-5 do TAC nº 55/SVMA/CFA/2024: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

1. Que consequentemente, foi autorizada pela **Coordenação de Fiscalização Ambiental - CFA**, na pessoa de seu Coordenador, a lavratura do presente **Termo de Recebimento Definitivo**, anexada sob documento 106839885 do Processo Administrativo SEI nº 6027.2024/0013160-1;

2. Que, após o recebimento definitivo do respectivo Termo de Ajustamento de Conduta, ficará a interessada responsável a sempre observar as normas técnicas e legislação vigentes;

3. Que a interessada cumpriu a **Cláusula Nona do TAC nº 55/SVMA/CFA/2024**, recolhendo em **30/07/24** o valor de **R\$ 2.400,00** (dois mil e quatrocentos reais) referente ao **Auto de Multa nº 67-015.438-5**, conforme informações do documento 108027985 do Processo Administrativo SEI nº 6027.2024/0013160-1, nos termos do artigo 24 do Decreto Municipal nº 54.421/13.

GRUPO TÉCNICO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS

Documento: [109121006](#) | Comunique-se

6027.2024/0007670-8 - TAC - Análise de Termo de Ajustamento de Conduta

Interessados: FELIPE CUNHA DA MATA

COMUNIQUE-SE:

Fica o Sr. Douglas Duran, domiciliado à R. Rodovalho Júnior, 584 - Penha - CEP: 03605-000, São Paulo/SP, notificado a apresentar responsável técnico habilitado para acompanhamento de plantio de mudas arbóreas (engenheiro agrônomo/engenheiro florestal/biólogo), pois Engenheiro Ambiental não é responsável técnico habilitado para tal.

Concede-se o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do solicitado. Dúvidas podem ser dirimidas através do e-mail: svmatac@prefeitura.sp.gov.br

DIVISÃO DE PLANEJAMENTO E APOIO AOS COLEGIADOS

Documento: [109078501](#) | Ata

267ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

Data: 14/08/2024

Duração: 2 horas, 39 minutos e 40 segundos

Local: Prédio SVMA, Térreo - Sala de Reuniões

Online- Plataforma Microsoft Teams

Pauta:

1. Aprovação da Ata da 266ª Reunião Plenária Ordinária do CADES;

2. Posse da Conselheira Titular Sra. Ana Lúcia da Costa Negreiros e Conselheira Suplente Sra. Marcia Ramos dos Santos, representantes da Secretaria Municipal de Justiça - SMJ;

3. Apresentação do OIDA - Operação Integrada em Defesa das Águas pelo Dr. José Renato Nalini, Secretário Executivo de Mudanças Climáticas;

4. Apresentação da Atuação da Guarda Ambiental na Proteção do Patrimônio Natural da Cidade de São Paulo pelos Observadores Especiais Sr. José Reinaldo Brigido e Sr. Marcos Luiz Gonçalves, representantes da Secretaria Municipal de Segurança Urbana - SMSU;

5. Aprovação da criação da Comissão Especial “Corredor Ecológico Norte da Mata Atlântica” por iniciativa da Conselheira Rosélia M. Ikeda, representante da Coordenação de Planejamento Ambiental - SVMA/CPA.

Participantes

Mesa Diretora:

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário
Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto
Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC

Assessores:

Sérgio Eduardo Hatsumura Hanasiro - Assessor
Neusa Pires - Assessora

Apresentadores convidados:

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças Climáticas
Marcos Luiz Gonçalves - Inspetor da Guarda Municipal Ambiental

Técnicos:

Luciana Feldman - Chefe de Gabinete de Mudanças Climáticas

Conselheiros(as)

Ligia Palma de Barros Latorre Lobo
Oliver Paes de Barros de Luccia
Marcos Antônio Santos Romano
Eduardo Murakami da Silva
Guilherme Iseri de Brito
Fernando Seoane Miquelin
Douglas de Paula D'Amaro
Magali Antônia Batista
Thais Joyce da Silva Amorim
Licia Mara Alves de Oliveira Ferreira
Kelly Akemi Mimura
Ana Lucia da Costa Negreiros
Marcia Ramos dos Santos
Alexandra Viegas OLiva
Rosélia Mikie Ikeda
Ligia Pinheiro de Jesus
Juliano Ribeiro Formigoni

Willian Araujo Agra
 Carlos Alberto Maluf Sanseverino
 Marco Antônio Lacava
 Eduardo Storopoli
 Estela Macedo Alves
 Mario Luís Fernandes Albanese
 José Ramos de Carvalho
 Teresa Cristina M. da Cunha
 Fanny Elisabete Moore
 Edvan da Silva Santos
 Maria de Fátima Saharovsky
 Delaine Guimarães Romano
 Celina Cambraia Fernandes Sardão

Transcrição

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Bom dia, secretário Ravena. Hoje temos aqui nosso secretário Ravena. Hoje temos aqui dois secretários juntos conosco e a gente tem o Carlos aqui. Obrigada.

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Bom dia, bom dia.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Bom dia a todos. Secretário Ravena, secretário Nalini, Luciana, Rosélia, Lacava, Doutor Storopoli, Juliano, Marcos Romano, Inspector Gonçalves, Fanny, Ramos, Lígia e todos os nossos colaboradores, companheiros e autoridades. Na qualidade de presidente da mesa, eu, Carlos Eduardo Guimarães Vasconcelos, secretário-adjunto da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, do início a 267ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável na Cidade de São Paulo, CADES, convocada nos termos do artigo 7º do regimento interno, conforme a número 140, Cades de 2011, que se realiza na data de hoje, dia 14 de agosto de 2024, quarta-feira, às 10:18 minutos, de forma semipresencial, na nossa sala de reuniões, no nosso prédio da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, no andar térreo, e por meio virtual através da plataforma Microsoft Teams. Passo agora a palavra para a nossa coordenadora geral, a senhora Liliane Arruda.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Carlos, pelas suas palavras. Tenho um ótimo dia para todos aqui nossos conselheiros e conselheiras aqui presentes. Primeiramente, eu quero agradecer ao Educilibras, que é o (som ininteligível) Alves hoje com a gente, e o Matheus, sejam muito bem-vindos. Antes do início da nossa reunião de hoje, eu vou passar dois informes importantes para vocês, da Associação Comercial de São Paulo, sobre o conselheiro Dr. Alessandro Azoni. Ele vai estar suspenso por 45 dias, por motivo de candidatura do cargo letivo à vereador da cidade de São Paulo. Então, dessa forma, eu coloco já como informe para todos os conselheiros, para a ciência de todos aqui presentes. E o segundo, como solicitado com a nossa conselheira Fanny, na reunião do CADES, dia 15 de maio de 2024, ela pediu para o SP Regula as informações e os questionamentos. Fanny, foi respondido o e-mail ontem, hoje o Sérgio vai passar para você, e junto com todos os conselheiros, a resposta do SP Regula sob o SEI 6027 2024 0020 945 para solicitar os esclarecimentos devidos a você, Fanny. Então, já temos todos os questionamentos respondidos. Quero te agradecer por isso. Passando, então, agora para o primeiro ponto do expediente: Aprovação da 266ª Reunião Plenária Ordinária do Cades. Colocamos agora em votação.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Uma correção, SEI 6027 2024 0020 946-5.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Damos como uma aprovada a 266ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

Passamos agora para o segundo ponto do expediente: Posse das conselheiras titular, senhora Ana Lúcia Costa Negreiros, e conselheira suplente, senhora Márcia Ramos Santos, representante da Secretaria Municipal de Justiça e conselheiro suplente, Fernando (som ininteligível), representante da Secretaria Municipal de Mobilidade e Transporte. Então, quero agradecer aqui, inicialmente, a Ana Lúcia, a Márcia e o Fernando aqui presentes. Então, eu passo agora a palavra O secretário Ravena quer dar posse, por gentileza. É como presidente, né, nosso secretário?

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena - Secretário: Quem está perdendo é o Carlos, né? Vou deixar, estou só acompanhando aqui, só para adiantar o expediente aqui, não ficar atrapalhando muito. Eu queria só cumprimentar as conselheiras e conselheiros. Faz tempo que eu não apareço aqui no CADES, mas está em boas mãos com o secretário Carlos. Queria agradecer o empenho no comando e na presidência desse importante conselho da cidade, a Lili. Agradecer ao Nalini pela deferência de estar aqui presente para falar sobre a OIDA. Que também melhor do que o Nalini e o Carlos. O Carlos também acompanha a OIDA aqui pela Secretaria, mas eu não podia deixar de entrar e eu estou tentando montar e eventualmente entrar nas reuniões para dar um bom dia e dizer que como Secretário, continuo à disposição de todos. O Carlos tem encaminhado todas as demandas de vocês. E agradecer imensamente aqui ao Nalini, grande companheiro, secretário de Mudanças Climáticas, que junto com a gente está fazendo um grande trabalho aqui pela cidade de São Paulo, espero que vocês aproveitem e tirem todas as dúvidas que vocês precisarem e prestem o apoio necessário a operação Integrada Defesa das Águas, que é uma das ações mais importantes da cidade de São Paulo no combate à ocupação irregular das terras e à preservação dos mananciais.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Bom, então, considerando a publicação da portaria da SGM nº 125, de 15 de junho de 2024, e a portaria SGM nº 144, de 6 de agosto de 2024, nesse ato, dou posse às conselheiras titular e suplentes, representantes da Secretaria Municipal de Justiça, e

conselheiros suplentes representando a Secretaria Municipal de Modalidade de Transportes. A Ana Lúcia e a Márcia, se quiserem fazer uma breve apresentação, a gente agradece e algum comentário. Parabéns. O nosso CADES é uma grande família. vocês verão que aqui é tranquilo e a gente trabalha pelo bem da cidade, sempre de forma equilibrada e de forma muito tranquila. Ana Lúcia, se você quiser falar um pouquinho. Ana Lúcia. Márcia. Márcia Ramos dos Santos: Bom dia, sou a Márcia. Tudo bem? Sou chefe de gabinete aqui na Secretaria Municipal de Justiça. Para mim é uma honra muito grande estar participando desse grupo e me coloco à disposição para o que for necessário. Agradeço aí a atenção de vocês. Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Valeu, Márcia. Muito obrigado, a gente espera que a permanência seja longa e profícua. A Ana Lúcia, aparentemente, não está aqui. Então, a gente deixa a posse da Ana Lúcia para nossa próxima reunião. Ok?

Marcia Ramos dos Santos: Ok. Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Fernando, está por aí?

Fernando Seoane Miquelin: Olá, bom dia a todos.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Bom dia, Fernando.

Fernando Seoane Miquelin: Meu nome é Fernando Miquelin, eu sou engenheiro civil da Secretaria de Mobilidade e Trânsito e eu gostaria de agradecer a oportunidade e me colocar à disposição para qualquer demanda que algum conselheiro venha a ter no âmbito do Conselho de Meio Ambiente. Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Fernando, a gente fica muito contente com a participação da Secretaria de Mobilidade e Transportes aqui no CADES. É importante, faz parte dentro do contexto do meio ambiente da cidade. Estamos muito honrados com a participação da Secretaria de Mobilidade e Transportes. Então, sendo assim, a Ana Lúcia, aliás, perdão, a Márcia Ramos dos Santos e o Fernando Miquelin sintam-se empossados nesse ato como conselheiros do nosso CADES. Passo agora a palavra para a nossa coordenadora para seguimento do expediente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Carlos. Passando agora para o terceiro ponto do expediente. A apresentação da OIDA Operação Integrada de Defesa das Águas pelo Secretário Executivo de Mudanças Climáticas, Dr. José Renato Nalini. Sejam muito bem-vindos, Dr. Nalini. A palavra é toda sua.

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças Climáticas: Muito obrigado, Liliane. Muito obrigado, Carlos Eduardo. Minha saudação ao querido Rodrigo Ravena, que está fazendo uma revolução no verde em São Paulo e contribuiu muito para que a nossa cidade ganhasse mais 43 áreas verdes, o que vai tornar São Paulo com praticamente 26% do seu território destinado à cobertura arbórea perpétua, isso é um grande ganho, já repercutiu, inclusive, no mundo inteiro. Quando o Papa recebeu o prefeito, em maio, os outros 19 prefeitos convocados pelo Papa, pelas duas academias do Vaticano, quiseram conhecer detalhes dessa grande Declaração de Utilidade Pública, que vai ter uma sequência da expropriação, para que o patrimônio dos paulistanos seja realmente enriquecido com essa aquisição. Eu queria também dizer que é uma honra participar dessa reunião do CADES, porque eu vejo o CADES como um sinal concreto da intenção do constituinte de 1988, que foi aquele que mais acreditou na participação da sociedade cidadã, do terceiro setor, na gestão da coisa pública. É muito importante, se nós quisermos caminhar para um ideal de democracia participativa, que pelo menos minimize as deficiências da democracia representativa, que haja uma participação real da cidadania. Eu sempre lembro do professor André Franco Montoro, não necessariamente governador, mas o professor de introdução à Ciência do Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ele repetia sempre em aula, as pessoas não moram na União, as pessoas não moram no Estado, as pessoas moram na cidade, no município. Então é muito importante que cada um faça parte de uma grande confraria que quer melhorar a sua cidade, a cidade em que nasceu ou a cidade em que escolheu para viver. Então o CADES faz isso e cumprimento todos os integrantes, cumprimento aqueles dois que tomaram posse hoje, a Márcia e o Fernando, espero que eles tragam uma valiosa contribuição para que o CADES funcione. Mas eu fui solicitado a falar alguma coisa sobre a OIDA, as duas pronúncias são aceitas, é uma operação integrada em defesa das águas, é talvez a operação mais importante confiada à coordenação da Secretaria Executiva das Mudanças Climáticas. Num parêntese, é importante mencionar que São Paulo foi o primeiro município a ter uma Secretaria Executiva das Mudanças Climáticas, porque nós estávamos naquela fase em que nós vimos que as mudanças estavam se convertendo em emergências. Os fenômenos extremos provocados pela ação humana, na descontrolada emissão dos gases venenosos causadores do efeito estufa, deu origem a uma resposta da natureza e ela respondeu da forma como ela sabe, chuvas muito intensas, seguidas de estiagens inclementes, fenômenos que nunca haviam acontecido no nosso estado, começaram a acontecer, como aquela poeira vermelha no interior, nós temos de nos preocupar com coisas que nós não podíamos imaginar há algumas décadas. Então, uma Secretaria Executiva das Mudanças Climáticas existe para alertar, para fazer com que todas as pessoas coloquem no radar que aquilo que se dizia vai acontecer daqui a 100 anos, daqui a um século, e a tendência natural seria, daqui a um século eu não estou aí, quem estiver que se arrume, que conserte o estrago. Não, as coisas estão acontecendo já, talvez esse episódio do Rio Grande do Sul, que nos afetou a todos, aquele de São Sebastião no início do ano passado, tudo isso tem acontecido de uma maneira a mostrar que há urgência na questão das emergências climáticas. E a OIDA, essa Operação Integrada em Defesa das Águas, ela é de

extrema relevância. Por quê? São Paulo não possui aquele excesso de água doce que existia quando os jesuítas chegaram aqui em 1554, vencendo a grande muralha verde, a selva de verdade da Serra do Mar, e chegaram a este planalto abençoado. Aqui havia grandes rios, piscosos, que serpenteavam numa vegetação luxuriante, uma fauna exuberante. O que nós fizemos com essa nossa cidade no decorrer desses séculos? Nós impermeabilizamos São Paulo, fizemos com que a nossa cidade servisse prioritariamente ao automóvel, esse veículo tão egoísta, procuremos contar quantos são os automóveis que só tem uma pessoa dentro dele, o motorista, e isso faz com que nós tenhamos uma emissão de gases venenosos que é muito superior à capacidade de absorção da atmosfera. Mais de 60% dos gases venenosos são emitidos pelo transporte. E, em favor do automóvel, nós enterramos milhares de córregos, de cursos d'água e nós transformamos o nosso maior rio, o Tietê, num condutor morto de imundície. O rio que passa pela nossa cidade, embora nascendo límpido naquela modesta nascente ali de Salesópolis, que encanta, emociona a gente verificar, aquele veio frágil que nasce e vem para o interior, quando seria muito mais fácil para ele descer ali a Serra do Mar e já desembocar no litoral, no Atlântico. Não, ele vem para o interior, só que na nossa cidade ele é um rio morto, infelizmente. Isso mostra que nós temos de ter uma preocupação muito grande com a água, e os mananciais que abastecem mais da metade da população paulistana estão no extremo sul da cidade, ali em Parelheiros, Capela do Socorro, Grajaú, Engenheiro Marsilac, Cidade Ademar. Essa região que é fundamental para a vida paulistana, porque nós podemos viver sem petróleo, mas não podemos viver sem água. Essa região tem sido sacrificada de uma forma incessante, contínua, inclemente, cruel. Porque aquela vegetação que é remanescente da Mata Atlântica vem sendo exterminada por uma ocupação irregular, clandestina e até criminosa, de áreas que não são suscetíveis de serem ocupadas por habitação. É uma região de mananciais, são as últimas nascentes então, a OIDA, Operação Integrada em Defesa das Águas, ela resulta de uma colaboração muito eficiente entre o Estado de São Paulo, que entra com a sua Polícia Militar Ambiental e a Prefeitura, com a Guarda Municipal, e um pequeno contingente de pessoas de várias secretarias, são vários órgãos. Hoje, na coordenação dessa OIDA, está o Coronel da Reserva, Coronel Washington Pestana, que tem levado muito a sério o trabalho e continuado aquilo que já tem sido feito através dos anos. A OIDA tem a missão de impedir que haja o crescimento da ocupação irregular das áreas dos mananciais. Então são milhares de operações já praticadas, com a colaboração das subprefeituras, com a colaboração da Secretaria Municipal do Verde, com a Secretaria da Habitação, com a Secretaria de Transportes, com a Secretaria da Saúde, com todas as secretarias que estão chamadas a participar desse movimento. E por que é importante que nós intensifiquemos a ação da OIDA? Porque a Represa Guarapiranga, segundo o Instituto de Engenharia, ela já está bastante contaminada. São 11 afluentes que despejam ali esgoto in natura, substâncias químicas despejadas por indústrias regulares e irregulares. Isso faz com que a água já tenha uma potabilidade muito prejudicada e o tratamento que a CETESB faz para que essa água se torne incolor, insípida, inodora, vai necessitando de um emprego de uma tonelagem cada vez maior de substâncias químicas que são arremessadas na própria represa, mas depois acrescentadas no sistema de tratamento. E o que é pior é que o sistema de tratamento não consegue eliminar da água resíduos de anticoagulantes, antidepressivos, antibióticos, anticoncepcionais, os tóxicos empregados como herbicidas, a cocaína que é expelida na urina de quem se utiliza dela, micropartículas de plástico. Então, é uma questão bastante séria, merece atenção de toda a população. Nós estamos na Secretaria Executiva das Mudanças Climáticas, pedindo a colaboração de todos os organismos, de todas as entidades, de todas as igrejas, de todos os clubes e de todas as pessoas físicas que queiram fazer com que São Paulo não tenha uma escassez hídrica, que é fatal. Nós não podemos jogar 13 milhões de pessoas com a ameaça de rodízio de fornecimento de água, lembrando que a seca que hoje assola o Brasil, consequência das mudanças climáticas causadas pelo desmatamento conciliada com o fenômeno El Niño, já levou mais de 10 cidades paulistas a decreto de uma crise hídrica gravíssima, severa. Cidades que não são tão grandes como Vinhedo, que é um refúgio verde com condomínios muito agradáveis, mas também cidades como Bauri, que tem 500 mil pessoas habitando ali. Muitas das cidades, sem falar de Minas, por exemplo, o Belo Horizonte, se eu ouvi ontem, há 130 dias não chove em Belo Horizonte. Então a água é a questão mais relevante, é uma questão que merece a atenção de todos, não está nos objetivos da OIDA controlar a situação hidrológica da cidade de São Paulo como um todo, onde a construção civil está edificando vários prédios em cada quarteirão. Isso é constatável empiricamente, e a primeira coisa que esse edifício faz é perfurar um poço artesiano. Só que a água extraída do lençol freático é um bem infinito. Ela não é infinita. Então, quando nós tivermos a redução significativa do volume de água do lençol freático, nós vamos ter ocorrências trágicas que nunca aconteceram em São Paulo. Ou seja, o solo vai ceder e este paliteiro de edifícios vai colidir. Que nós não cheguemos a isso, mas nós precisamos pensar em conjunto, a cidade toda, para verificar como é que nós vamos enfrentar esses desafios. A OIDA é um movimento exitoso, está funcionando bem, mas nós precisamos de mais braços, nós precisamos de mais colaboração, nós precisamos que a população seja a guardiã das águas e que comunique a secretaria, comunique a prefeitura cada início de invasão, porque quando ainda está no início nós podemos sim, usando do poder de polícia municipal, impedir que continue. Agora, depois de consolidada a situação, nós sabemos que entram outros fatores e que entra liminar da justiça, defensoria pública exigindo que haja infraestrutura, e nós vamos subtraindo à cidade a condição dela sobreviver, porque a hora que não houver mais os

mananciais, cada represa vai acabar de uma forma muito rápida. Era mais ou menos isso que eu queria dizer e estou à disposição para defender, para responder alguma coisa e agradeço a atenção com que os senhores me privilegiaram.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Muito obrigado, secretário. É um privilégio nosso ter aqui na nossa reunião do CADES e lembrar nesse nosso ambiente direcionado, especializado, a importância da OIDA, a importância de nós preservarmos nossos mananciais, é privilégio meu também de participar da OIDA desde 2020, ainda da OIDA estadual, e posteriormente a nossa OIDA municipal. O trabalho é árduo, o trabalho é desafiador, e nós temos muita sorte, nós somos privilegiados também em tê-lo aí à frente da nossa SECLIMA, da nossa Secretaria de Mudanças Climáticas. Essa visão transversal e muito experiente do senhor nos traz grandes benefícios, a nossa batalha diária pela reconquista dos nossos mananciais. É um desafio constante. Nós temos invasões de todas as sortes, desde pessoas vulneráveis, até organizações criminosas. E a sua participação, a participação do coronel Washington, participação da Luciana e dos outros membros da OIDA, ela traz grandes benefícios em saber lidar com cada tipo de invasão. Muito obrigado. Eu acho que a gente já tem pelo menos dois dos nossos conselheiros interessados em fazer perguntas. Vamos passar inicialmente para a Fanny. Fanny?

Fanny Elisabete Moore: Bom dia a todos. Bom dia, secretário. É sempre um prazer ouvi-lo. É um grande aprendizado. Muito obrigada, sempre aprendo muito. E, assim, acho superimportante essa questão das águas. Ela, de fato, é central na questão das mudanças climáticas. E, assim, vi que não é o objetivo da OIDA cuidar das demais águas da cidade, mas, de qualquer maneira, elas compõem o conjunto que nos dará a possibilidade de sobrevivência futura. Então, eu gostaria de lembrar e ver se a gente tem um caminho por aqui que os parques municipais, grande parte deles, foram formados a partir, para preservar alguma água, um córrego. Então, assim, e eles não estão sendo cuidados devidamente, na minha opinião. Por que motivo? Eles são gerenciados, o conselho gestor cuida dele com a coordenação da Secretaria do Verde. A sua prefeitura faz a limpeza do córrego e a Sabesp faz o acompanhamento da qualidade das águas. Nós temos uma divisão de tarefas e de responsabilidades e, ao todo, nós não temos um gerenciamento adequado para essas águas. Então, acontece que dispersa, essas coisas se somam, às vezes concomitante, às vezes não, por exemplo, a Secretaria acompanhou e agora estamos chegando a uma solução para uma erosão gravíssima no córrego Judas, no Parque Severo Gomes, que agora, depois de oito anos do conselho falando, está chegando a algum caminho. Então, eu acho que essas coisas precisariam ser vistas com mais atenção e urgência. Então, assim, nós fizemos uma proposta de recompor a mata ciliar do Córrego Judas para evitar a erosão, nós ainda não conseguimos implementar isso. Já é o segundo ano que nós estamos fazendo essa proposta à Secretaria do Verde, mas ela implica num tratamento, e aí vai entrar a SIURB, que é responsável por alguma obra de convenção se precisar. Então, eu queria deixar aqui esse registro, que é um grande mosaico de responsabilidades que, somadas, não estão garantindo a qualidade e o acompanhamento dessas águas. Então, acho que, de alguma maneira, eu não sei o caminho, mas como a Secretaria de Mudanças Climáticas tem essa característica de coordenar as demais secretarias, eu acho, secretário, que era o lugar certo de eu fazer essa colocação. E a cidade precisa de cada veio de água que existe nela, recentemente, eu fui ao Parque Alto da Boa Vista e lá também existe uma nascente que está com erosão. Ou seja, nós vamos repetir esses problemas sem cuidar. Então, talvez a Secretaria do Verde, junto com a Mudanças Climáticas, possa nos trazer, e os demais órgãos que eu aqui mencionei, uma solução mais adequada para preservar essas águas abertas que ainda existem, porque as demais estão ocultas por enquanto, até a gente decidir abri-las. Muito obrigada, secretário.

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças Climáticas: Muito bom, Fanny. Isso é extremamente sério, grave e urgente. Eu acho que a gente merecia quase que uma secretaria das águas, porque como você disse, muitos órgãos que se sobrepõem. Lembra aquela história de cachorro de muitos donos morrem de fome. Então, nós temos sim que pensar nisso. Eu vou conversar com Ravena e verificar se a gente pode criar alguma coisa assim, uma coordenadoria, algo que cuidasse só de água. Obrigado pela sua contribuição. Isso é muito importante. Eu até tentei no início, quando eu tomei posse, eu tentei fazer com que houvesse adoção de nascentes, por aquelas grandes empresas, pelos bancos, pelos conglomerados que ganham tanto dinheiro aqui em São Paulo e que respondem que já pagam os tributos. Eu acho que isso é insuficiente. Hoje nós temos a responsabilidade social da empresa, todas elas se intitulam seguidoras da estratégia ISG ou ESG, então, tem que cuidar simultaneamente do ambiente, do social e da gestão. E a água é algo que nós não podemos abrir mão. Toda água em São Paulo é importantíssima. Eu acho que é muito boa essa ideia. Eu vou conversar com o Ravena, com o Carlos Eduardo, e vamos ver se a gente consegue dar um passo adiante nessa ideia. Muito obrigado, Fanny.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada. Agora a Estela, por favor.

Estela Macedo Alves: Oi, bom dia. Eu sou representante do IAB no Conselho, que é o Instituto dos Arquitetos, e eu sou pesquisadora de sistemas da água. Inclusive, aproveitando o que a Fanny falou, eu tenho um grupo de pesquisa, Territórios da Água, em parceria com a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. São mais de 30 pesquisadores da UFABC, Instituto Ondas e Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. E daí pode sair, inclusive, essa ideia da coordenadoria de águas. Só uma sugestão, mas a gente está aí quase toda semana na Secretaria, fazendo reuniões. E começou esse ano o projeto, são quatro anos com o apoio da

FAPESP. Então, depois, se vocês quiserem saber mais sobre isso, a gente pode falar aqui, fazer uma apresentação, que está totalmente interligada com a avaliação das obras em córregos em São Paulo. É muito interessante mesmo para todos conhecerem. E eu ia falar, só que o senhor falou sobre as construções que acabam com o lençol freático. Então, eu queria enfatizar que apesar das invasões serem um problema, eles são muito pequenos, perto do que a construção civil tem feito com a água de São Paulo. Então, é preciso a gente rever na SEHAB, eu sempre falo isso quando tenho oportunidade, rever na SEHAB, na Secretaria, na SIURB, os padrões de construções da cidade. Então, principalmente o que a Prefeitura executa, tem que dar o exemplo. A gente acha algumas obras, inclusive, em córregos e rios, que são concretar o fundo de um córrego, que já é um absurdo por si só. Esses parâmetros têm que ser repensados, não só as invasões, que são um problema habitacional, que qualquer política habitacional poderia, pelo menos, praticamente resolver. Vamos focar também nos problemas que a gente causa oficialmente, só isso que eu queria lembrar.

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças Climáticas: Obrigada, Estela. E que bom saber desse grupo. Eu gostaria de conhecer mais. Antes mesmo da apresentação, se você puder conversar com a gente, com a Luciana, marcar uma conversa, dizer que o Zé Armênio, que é arquiteto da Prefeitura, ele propôs até uma ressurreição de um córrego, o córrego Anhanguera, em Vila Buarque. É um córrego que tem potabilidade e estamos procurando patrocínio para esse projeto de devolver à praça um córrego limpo, fazendo um espelho d'água. Seria o exemplo, o sonho que muitos acalentam é de que pudéssemos fazer como o Seoul, devolver à cidade os seus cursos d'água, porque a água, além de ser vida, embeleza, deixa a paisagem mais bonita, atenua a temperatura que vai ser elevada. Eu concordo muito que a gente tenha de dar o exemplo, a prefeitura precisaria só construir de acordo com a natureza, que é uma tendência mundial e que às vezes a engenharia gosta muito de concreto e desrespeita a natureza. As soluções naturais não são necessariamente mais dispendiosas. Então a gente precisa incutir isso e uma política pública municipal que enfatizasse e exigisse através da normatividade colaborativa para tornar a nossa cidade mais agradável, mais resiliente. Aliás, a palavra de ordem agora não é mais atenuação, mitigação, é resiliência. Nós temos que adaptar a cidade para aquilo que ainda vai acontecer nela, infelizmente vai acontecer.

Estela Macedo Alves: Legal. Carlos e Liliane, o Alexandre e o Wellington poderiam ter um contato com o Renato, o Sr. José Renato? Eu vou passar para eles para apresentar o projeto.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Quanto ao grupo dela, secretário Nalini, é o grupo aqui da coordenação da Rosélia. Que é do planejamento ambiental, quem está cuidando é a Lígia. Então, eu vou falar com a Lígia, para ela entrar em contato, sim, com o senhor, que a gente já teve a primeira apresentação, né, Estela? A gente foi na UNINOVE, teve a primeira apresentação sobre isso. Estou a par do assunto, a gente está acompanhando junto, né, esse trabalho que é de extrema importância, sim, para a cidade de São Paulo. E, então, nós já tivemos a primeira reunião que foi na UNINOVE, fizemos uma apresentação lá, e nós vamos convidar, sim, o senhor para a próxima apresentação. Aí converso direitinho com a Luciana, aí eu passo uma mensagem para ela, para o senhor estar presente no dia. Doutor Marcos Lacava, por favor.

Marco Antônio Lacava: Bom dia, secretário Carlos. Bom dia, companheiros. Bom dia, professor, Nalini. Eu louvo o seu esforço pelo trabalho em buscar a preservação hídrica do município. Agradeço a sua lembrança quando citou o professor André Franco Montoro que realmente ele era um municipalista e como tal trabalhou muito por São Paulo na sua gestão como governador. No município de São Paulo, professor Nalini, nós tivemos de 2008 a 2011 a implantação de um programa que visava o meio ambiente, cujos fatores, água, ar e terra, foram focados pela Secretaria do Verde na questão do que diz respeito à qualidade do ar que o paulistano respira. Não só a preocupação com a reserva hídrica do município, poluída, mas também o ar podre que o paulistano respira, eu acho que deve ser foco da sua brilhante gestão. Eu cumprimento o prefeito, o prefeito Ricardo Nunes, pela criação desta secretaria numa atitude pioneira e principalmente pela escolha do professor Natalini para a sua testa. Eu faço uma sugestão, professor. Vamos pensar numa próxima gestão, se Deus quiser, do nosso prefeito Ricardo Nunes, para que se retome o programa de visar a qualidade do ar que o paulistano respira. Em São Paulo, de 2008 a 2011, nós produzimos na Secretaria do Verde um exemplo para o país e para o mundo, quando em três anos nós investigamos uma frota de 5 milhões de veículos, melhoramos e qualificamos o ar respirado pelo paulistano, reduzindo os números de ocupação de leitos hospitalares entre crianças e idosos. Foi algo excelente, foi feito um projeto maravilhoso, um esforço de muitos técnicos e principalmente do secretário dar a oportunidade que se dedicou a tratar da qualidade do ar visando o ambiente. Professor Nalini, espero que na próxima gestão o senhor permaneça a testa dessa secretaria e que consigamos focar no sentido de retomar algo que é fundamental nas capitais do planeta, nas concentrações urbanas. Não só a água, como bem disse o senhor, das suas preocupações com a qualidade e a oferta, a demanda para os municípios, mas também cuidarmos do ar. Parabéns, professor Natalini, pela apresentação.

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças Climáticas: Muito obrigado, doutor Marcos Lacava. Nós estamos também pensando na questão do ar, das emissões. Há um programa, um projeto na secretaria chamado Confrota, que é a tentativa de reduzir o número de veículos que se utilizam apenas dos combustíveis fósseis. O prefeito já tinha prometido mais 2.600 ônibus elétricos para São Paulo, a frota de ônibus de 13.300, seria bastante significativo na redução das emissões. Só que essas

questões no transporte da energia estacionária, nós encontramos obstáculos de ordem da competência federal. São assuntos que a União interfere muito, as agências são federais e elas criam obstáculos, não é uma coisa que o prefeito possa sozinho administrar, ele está conseguindo, mas há um custo bastante elevado, derrubar a burocracia, as questões, os óbices colocados pelos concorrentes, porque ainda existe uma resistência ao carro elétrico, ao ônibus elétrico, com aquela ameaça de o que fazer com as baterias etc. Então tudo isso vai procrastinando, mas nós estamos sim pensando e se Deus quiser, independentemente de eu continuar, eu acho que o prefeito Ricardo Nunes é uma pessoa que merece a confiança da população, que ele entregue à secretaria alguém competente e que esse tema tenha prioridade também junto com a questão hídrica que eu achei a mais grave, a mais emergente, a prioritária. Mas a questão do ar poluído mata muitas pessoas. Nós temos estudos do professor Paulo Saldiva que mostram que a internação, são milhares de vidas a cada ano, só que como são pulverizadas em todos os hospitais, nós deixamos de lado, mas vamos enfrentar sim. Muito obrigado pela sugestão.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada. O Sr. José Ramos, por favor. Nós vamos terminar na Celina, secretário Nalini. José Ramos?

José Ramos de Carvalho: Olá, bom dia. Me ouvem, por favor. Me ouvem, secretário?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Sim. José Ramos de Carvalho: Estou em um ambiente hospitalar, estou meio improvisando as coisas, mas, de qualquer maneira, é importante receber o secretário Nalini com questões climáticas e dentro das questões dos CADES regionais, especificamente na questão do OIDA. Às vezes o Carlos comenta sobre a nossa participação nos comitês de bacias e eu observei que o secretário cita muito a Zona Sul, e também é uma grande produtora de árvores e todas as questões que envolvem o ar. Dentro do aspecto do secretário da Associação Paulista de Gestão Ambiental, nós somos representantes aqui no CADES municipal da Macro Norte 2, que é exatamente todo o berço da Serra da Cantareira, onde estão nossos principais reservatórios que atendem toda a nossa região, tanto a região norte como a região oeste da cidade de São Paulo. E agora, recentemente, ainda não tornando oficial, fizemos uma parceria. Estamos realizando uma parceria com a Faculdade de Saúde Pública. Inclusive, na sede aqui da APGAM, foi instalada agora uma estação de monitoramento de qualidade do ar. Porque nós estamos aqui, secretário, Nalini diante de uma ilha de calor, tudo no berço, no berço específico junto à Serra da Cantareira. E aqui nós temos a congruência das rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias, assim como o próprio tráfego da nossa Ayrton Sena. Então, nós conseguimos ter um monitoramento de qualidade do ar já instalada na Universidade (som ininteligível). E agora, a questão de três semanas, instalamos aqui na sede da APGAM, que fica no bairro de Jardim Brasil, que foi um trabalho magnífico efetuado pelo professor, então, doutor Paulo Saldiva, né, de todo o grupo de Policial Atmosférica da Faculdade de Medicina, e a gente está feliz por estar monitorando agora, ter esses informes. Sim, a gente vai procurar a secretaria, até porque nós conseguimos até a última gestão dos CADES, participar desses CADES diretamente, até estimulando a questão do OIDA, né, e da proteção e devemos ter aos nossos mananciais, na base da Serra da Cantareira, um trabalho magnífico também de informação do nosso querido professor Marco Lacava. Então, até.

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças Climáticas: Eu não estou ouvindo, mas eu acho que eu ouvi... Nós estamos às ordens lá na Secretaria para conhecer todos esses projetos e colaborar naquilo que nós pudermos. Muito obrigado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada secretário, Oliver por favor.

Oliver Paes de Barros de Luccia: Olá, bom dia. Bom dia, secretário, Nalini, secretário Carlos. Eu me chamo Oliver, sou arquiteto, representante da SEHAB, e dentro da SEHAB eu atuo na Secretaria Executiva do Programa Mananciais, que é uma secretaria que atua somente na região dos mananciais, e eu particularmente atuo mais na região de Parelheiros, com as ocupações irregulares e obras em Parelheiros. Primeiramente, queria, em relação à fala da Estela, que é representante do IAB, eu concordo também que o padrão de obras da prefeitura precisa ser revisto. A gente ainda faz canalizações de córregos e ribeirões, da mesma forma que a gente faz desde os anos 1950, com a aduela de concreto, vala profunda. Então, a gente precisa realmente criar na prefeitura novas maneiras de conseguir pensar as intervenções nos córregos. E, nesse sentido, até estou participando de um grupo de trabalho Inter secretarial, que foi montada entre a SEHAB e a Secretaria do Verde, com a participação do grupo da Estela da UFABC, que a gente está pensando em alternativas para intervenções no ribeirão Parelheiros-Caolin. Essas alternativas para a gente conseguir resolver os problemas de inundação, mas ao mesmo tempo pensar numa alternativa no ribeirão que permita aspectos mais naturais do córrego serem mantidos, a fauna poder ter acesso. Então, esse é um trabalho bem interessante que a gente está desenvolvendo em conjunto com a Secretaria do Verde. E eu queria fazer uma pergunta ao secretário Nalini, porque eu estou há mais de dois anos indo frequentemente lá para Parelheiros para acompanhar os projetos e obras, e eu tenho visto muitas novas ocupações e eu vejo que muitas vezes o Poder Público não consegue ter uma atuação rápida. Por exemplo, tem uma na Estrada da Colônia, entre o Centro de Parelheiros, lá o Céu Parelheiros, e o Vargem Grande, tem uma ocupação à esquerda que toda vez que eu passava, você via aumentando a retirada de árvores, construção de barracos, e a gente vê que o Poder Público não consegue atuar de forma rápida. E queria ver como que a gente pode, como que a OIDA pode ter uma atuação mais rápida. Às vezes o próprio processo SEI na prefeitura, até chegar na hora da atuação da OIDA, demora muito e a ocupação já se consolida.

Se a pessoa faz um barraco de mais de 4x4, já não consegue ser retirado. Então, eu queria entender como que a gente conseguiria ter uma atuação mais rápida para conseguir evitar essas novas ocupações. Muito obrigado.

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças Climáticas: Oliver, nós estamos tentando. Ontem, inclusive, nós tivemos uma reunião com o Policy Neto, na Secretaria de Habitação e Urbanismo do Estado, e nós vamos propor ao prefeito uma adesão a um contrato que o Estado celebrou com a Polícia Federal, que tem um sistema muito eficiente de rastreamento com 80 satélites podendo identificar qualquer alteração que se faça sobre determinadas áreas. Hoje também temos uma reunião no Ministério Público exatamente sobre uma questão daquela ocupação da colônia. A OIDA tem uma missão imensa e condições de atuação restritas, nós precisamos aumentar o efetivo. Então, por exemplo, a Polícia Militar Ambiental, ela diz, não é só o extremo sul que nós temos de trabalhar, nós temos 39 municípios. Já estive com o comandante-geral da PM pedindo para colocar mais braços na guarda Polícia Militar Ambiental. Também tenho pedido para a nossa Guarda Municipal para aumentar o efetivo. Agora, nós estamos adotando estratégias mais de inteligência, fiscalização com drones, A nossa atuação ela tem de ser bem no início, como você diz, depois de consolidado nós vamos encontrar uma série de obstáculos concretos, às vezes a partir até de secretarias nossas que são obrigadas a cumprir liminares ou ordens originadas de atuação da defensoria que privilegia a moradia em detrimento do direito à vida. Eu acho que moradia é um direito social, mas está na Constituição, no artigo 6º, só começou muito depois, o primeiro direito fundamental do artigo 5º é a vida. Então, se os mananciais garantem a vida de mais da metade da população, o direito à moradia tem que ceder, há uma hierarquia nos direitos fundamentais. Então, a vida em primeiro lugar. Nós estamos tentando nos aparelhar, viu, Oliver? Não é fácil. Um dia venha lá ver como é que a gente trabalha para você ter ideia daquilo que a gente enfrenta, viu? Mas é muito boa a sua ideia. Vamos ver se a gente, e essas soluções de acordo com a natureza são fundamentais. Parabéns pela tentativa de salvar o Ribeirão e permitir que haja um respeito àquilo que a natureza nos ofereceu gratuitamente. Então, essa é a diferença do Brasil com o restante do mundo, em todos os lugares, países de primeiro mundo o Rio é algo que merece o respeito, a reverência. As pessoas fazem as casas de frente para o Rio. Aqui nós fazemos os fundos. O Rio é alguma coisa que não entrou no nosso patrimônio afetivo, é uma questão de educação. Nós temos que chegar lá e mudar essa concepção.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, Oliver. Agora é a Maria de Fátima, por favor.

Maria de Fátima Saharovsky: Bom dia a todos. Secretário José Renato, prazer em ouvi-lo. Eu represento a sociedade civil no Conselho do CADES e participo de vários conselhos ambientais das apas dos CADES, regionais. A minha instituição chama-se Centro Comunitário São Pancrácio. Nós estamos nas áreas de mananciais há 39 anos, atuando com projetos socioambientais nos CCA, PJs e nas comunidades do entorno. Eu gostaria de fazer uma observação sobre a OIDA, tempos atrás tinha uma atuação importantíssima no nosso território. Nós trabalhávamos, inclusive, nas APAs e fizemos (som ininteligível) bem significativas. E hoje fico feliz de ouvir o senhor com as propostas que traz. E gostaria só de salientar como atuantes no ambiente dos mananciais, atuando nas comunidades que ocupam a orla, enfim, as matas, observamos e já pesquisamos muito sobre a qualidade de vida que essas comunidades têm e as informações que recebem sobre a importância dessas águas e desses mananciais que favorecem, porém, não trazem boas soluções e boas consequências para a cidade. Então, acho importantíssimo que esse fórum que o senhor traz, que seja levado, aproximando essas comunidades das soluções, porque eles moram, utilizam porque necessitam dessas águas e não sabem o que fazer com elas a mata, ela é queimada, ela é derrubada. Enfim, não existe uma percepção do valor que tudo isso tem, de importância para tudo que foi dito aí, para o clima, para a cidade, a água que nós bebemos. E existem, brotam nas comunidades, nas calçadas, águas de nascente. Dentro das moradias, dos quintais, brotam águas limpas e elas são misturadas e vão para as águas usadas e vão para as galerias e isso é despejado nos nossos mananciais. Então, são coisas que muitas vezes nós e os técnicos não conseguimos observar, porque não estão nesses locais. Há necessidade dessa aproximação, há necessidade e as comunidades receptivas a projetos que venham a beneficiar. Então, eu sugiro que nós possamos ter uma aproximação com a OIDA, que nós possamos ter, inclusive, aproximação com outras secretarias, para que a gente possa fazer um trabalho integrado, como vocês propõem, para proteger nossos mananciais, nossas águas, nossas florestas e as comunidades que lá residem. Obrigada pelo espaço.

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças Climáticas: Muito obrigado, Maria de Fátima, é fundamental. Nós gostaríamos muito de atuar nessa conscientização, porque trabalhar com a comunidade, quando ela compreende o problema, compreende a gravidade, ela passa a ser uma guardiã das águas. Ela passa a ter um outro papel. É lógico que com a dimensão atual da OIDA não dá para a gente encarar também essa missão que é tão importante, mas eu acho que a gente pode firmar parcerias e encontrar parceiros que se encarreguem nisso para que cada atuação também seja acompanhada ou antecedida dessa comunicação mais efetiva com a comunidade afetada. Muito obrigado pela sugestão. Anotei aqui para a gente ver o que a gente pode fazer para caminhar nessa direção. Muito obrigado.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Celina, por favor.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Bom dia, pessoal. Bom dia, secretário, Nalini. Bom, entre os assuntos que eu tenho, realmente, a região toda de Parelheiros, todo mundo sabe que existem milhares de panfletos colocados em postes em vários lugares com o telefone do pessoal vendendo esses lotes irregulares. Eu não sei o que poderia ser feito justamente para, pelo menos, começar a pegar esse pessoal, porque eles não são corretores, lógico, é tudo irregular. Então, acho que falta também nessa parte uma fiscalização mais efetiva. O assunto que eu quero tratar é o seguinte. É muito difícil a gente ver, pela cidade em geral, carros poluindo, carros desregulados. Mas eu tenho reparado, está muito constante, veículos pesados, caminhões. E eu gostaria de saber, não poderia ser possível uma inspeção veicular específica para caminhões, assim, veículos pesados mesmo, né? Porque se a gente for ver, o combustível de um caminhão é muito pior para a saúde até do que, pelo menos, pelos estudos que falam, né? Então, para implementar isso. E, de maneira geral, eu vejo que falta, assim, em todas as áreas mais fiscais, espero que quem assumir a prefeitura coloque mais fiscais para fiscalizar mesmo, porque eu estava ontem no curso de alterações climáticas e a Silvia, que é do CADES da Mooca, viu que uma mãe estava com uma menininha, só para dar um exemplo simples, né? A mãe pegou o papelzinho de bala e jogou no chão. Aí a menininha foi correndo e pegou o papelzinho de bala e foi jogar na lixeira. Aí a mãe deu uma bronca e falou bem assim para a filha. Não, eu jogo onde eu quiser, e a cidade, eu estou vendo que está muito isso, cada um faz o que quer. Então, a gente precisa ter mais fiscalizações em tudo. Calçada quebrada e tudo, fiscalização porque você liga num 156, o prazo para vir é de 60 dias, porque você vai reclamar. Não vai fiscal, não vai nada, o prazo termina. O que você tem que fazer? Um outro protocolo, porque aqui ele é baixado. Então, parece que resolveu o problema, mas não resolveu. Então, o que eu gostaria de enfatizar é isso. Fiscalização mesmo para que a lei seja cumprida, que os países do primeiro mundo, as coisas funcionaram lá há muitos anos porque tem multa. Aí as pessoas, é como o cinto de segurança. Quando foi lançado, o pessoal reclamou, mas como tinha multa, você vê. Pegou, né? Por quê? Com multa, o pessoal obedece. Tanto aqui como no primeiro mundo, que a gente fala que a gente é do terceiro mundo, o pessoal não obedece. Então, eu gostaria de enfatizar primeiro como a parte da inspeção veicular mais para os veículos pesados. E, de maneira geral, todos esses problemas e, assim, colocar espero que o próximo prefeito realmente pense nisso. É aumentar a equipe de fiscais para tudo, seja para corte de árvore irregular, é para tudo, a cidade toda, jogar lixo, tem multa, mas ninguém recebe multa. Então, a parte educativa, para mim, é realmente uma multa. Aí o pessoal aprende. Pegou no bolso, o pessoal... Parar com essa coisa. Cada um faz o que quer. É isso que eu tinha que falar. Obrigada.

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças Climáticas: Obrigada, Celina. Em relação a esses corretores, esses números de telefone, nós estamos passando tudo isso para a Polícia Civil, para que ela instaure inquéritos de apuração de responsabilidade. A grande dificuldade é que esses números são sempre assim pré-pagos e nós não conseguimos chegar a quem divulgou. Você tem razão em relação à falta de fiscalização, é uma das consequências do uso da internet, o mundo digital parece que reduziu o número de fiscais e nós precisamos reforçar isso. E você tem toda razão que eu sou a favor também da sanção. Sanção positiva premiando quem tem boas práticas, sanção negativa punindo quem atua contrariamente aos interesses da comunidade. Então, precisamos fazer com que essa percepção chegue também a quem tem a atribuição de imprimir isso. É muito difícil a gente conseguir que a Câmara aprove tanto benefícios, que eles considerem renúncia fiscal, como punições, a sociedade é que precisa exigir isso. A gente tem que escolher gente que pense como a gente. Mas você tem a minha solidariedade. Eu penso assim também e vou continuar falando isso, viu, Celina?

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Celina, obrigado. Secretário Nalini, agradecemos de forma muito entusiasmada a sua participação. Convidamos desde já que retorne ao nosso Cades para dar mais contribuições, para responder perguntas dos nossos conselheiros. E incentivamos os nossos conselheiros um contato maior com a CECLIMA, tomo a liberdade de falar em nome do secretário Nalini, e para acompanhar as atividades da CECLIMA. A CECLIMA faz um trabalho muito importante para a cidade, não é um trabalho fácil, é um trabalho de combate a grupos organizados, a grupos criminosos, muitas vezes, que levantam, que invadem áreas, que cortam árvores e que levantam unidades habitacionais de forma muito rápida no meio das nossas árvores. E é uma questão de habitação, é uma questão de vulnerabilidade. A gente sempre discute isso. É uma questão que envolve muitas secretarias, habitação, desenvolvimento social, apoio. Então, as soluções muitas vezes não são simples, né secretário? Então agradecemos muito a presença do senhor, a participação também, estou acompanhando aqui a Luciana, também está aqui, não é, Luciana? Ficamos felizes com a sua participação e esperamos que retorne, em breve, no nosso CADES.

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças Climáticas: Obrigada, Carlos. Obrigada a todos. Vejo como há interesse da comunidade e é só com o interesse da população que a gente tem condições de fazer alguma coisa. Porque quando as pessoas sabem da gravidade do problema, da necessidade de todos pensarem juntos e agirem juntos, aí a gente tem o começo da solução. Então, muito obrigado, foi muito importante, anotei todas as sugestões e vamos cuidar disso, Luciana, eu e a equipe lá. Muito obrigado.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: E da nossa parte, a gente está sempre à disposição da CECLIMA, e continuamos participando da OIDA, estamos lá colaborando da melhor forma possível.

José Renato Nalini - Secretário Executivo de Mudanças

Climáticas: E com todos os outros. Eu vou pedir licença que eu tenho agora uma outra reuniãozinha. Muito obrigado, um abraço para todos.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Um grande abraço e até a próxima.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada secretário Nalini, até a próxima. Foi bom, né, conselheiros e conselheiras, a nossa explicação de hoje. Fico satisfeita pelo nosso secretário Nalini estar aqui com a gente hoje e explicou para vocês um pouco sobre a OIDA, tirou o esclarecimento de vários conselheiros aqui presentes. Passamos, então, agora para o quarto ponto do expediente: A apresentação da atuação da Guarda Ambiental da Proteção do Patrimônio Natural da cidade de São Paulo pelos Observadores Especiais. Sr. José Reinaldo e o Sr. Marcos Luiz. Eles são representantes da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, (som ininteligível). Por favor, já estão aí para apresentar, Sérgio? Ou você vai apresentar eles?

Marcos Luiz Gonçalves - Inspetor da Guarda Municipal Ambiental: Senhores, muito bom dia Sr. Presidente, secretário Carlos Eduardo, os demais conselheiros aqui presentes, Inspector Gonçalves da Guarda Civil Metropolitana, atualmente comandante da Comunidade Ambiental em Dancarmo, que é ambiental aqui que faz ações de proteção na região leste da cidade de São Paulo. Agradeço o convite de estar fazendo a apresentação da nossa instituição em cima daquilo que ela executa atualmente na proteção ambiental. Isso para nós é de grande importância. É sempre um prazer estar falando da instituição que eu integro e sirvo e creio que as ações da nossa guarda ambiental elas passam a ter uma grande importância principalmente em relação a articulação e integração dos órgãos na proteção ambiental. O secretário Nalini, que aqui se fez presente, a fala dele muito oportuna, quando ele diz da importância do meio ambiente e nós acompanhamos as operações na zona sul da cidade de São Paulo, que são as ações mais intensas da OIDA, elas estão justamente na zona sul da cidade de São Paulo, onde nós temos os dois grandes mananciais, que são as empresas Billings e Guarapiranga. Só assim para iniciar a apresentação, eu gostaria de fazer um breve histórico, Sr. Presidente, das ações da nossa Guarda Civil Metropolitana. Até o ano de 2004, a Guarda Civil Metropolitana vinha com foco de proteção de bens, serviços e instalações. Nós tínhamos um foco em cima de proteção patrimonial, em 2004 surgem novas atribuições, dentre elas, interessante, a proteção do patrimônio ecológico, cultural, artístico e ambiental da cidade de São Paulo, onde nos cabe adotar medidas preventivas e educativas. Isso daí para nós é de grande importância, porque foi a iniciação da Guarda Civil Metropolitana na proteção ambiental. Porque até então nós não tínhamos essa visão, não tínhamos identificado a importância, com essa inserção, iniciou-se em 2007 a Operação Defesa das Águas. E a defesa das águas, no ano de 2007, surge já com a proposta de se criar uma guarda ambiental. Então, em 2007, se cria a guarda ambiental, é um órgão operacional dentro da Guarda Civil Metropolitana, mas a coordenação da OIDA, na época, era da Secretaria de Governo. Então a Secretaria de Governo, ela que fazia toda essa ação de interação com os demais órgãos. Em 2007 saiu uma portaria que definia as atribuições de cada órgão que integrava a OIDA. Isso para nós foi importante e começou a dar o direcionamento. Em 2008 houve algumas alterações, então a portaria 2007 foi revogada, 2008 surge a 2003. A portaria 03, onde hoje ela é aplicada nas operações de desfazimento e foi aí que a gente começou a entender o que é proteção ambiental, as ocupações que surgem de forma irregular, elas apresentam nos mananciais, quais são os resultados alcançados, a densificação ocupacional, o que isso nos traz. E nesse momento, no ano 2007 para 2008, surge para nós as operações de desfazimento. Então nós tínhamos, dentro das atribuições da Guarda Civil Metropolitana, nós tínhamos a necessidade de promover a proteção dos agentes que ali estavam envolvidos nas operações. E por outro lado, de forma preventiva, o que a guarda civil metropolitana fazia por meio da sua guarda ambiental? Ela fazia o monitoramento das áreas das áreas que já sofreram ocupações ou daquelas áreas vulneráveis, passíveis de ocupação. Então, em 2007 iniciou-se essa preocupação, que é justamente você manter o meio ambiente equilibrado com preservação de áreas com foco na proteção ambiental. Em 2008 começa a se ter uma ampliação da Guarda Ambiental onde ela passou a atuar, inicialmente na região Oeste e na região Norte, com a criação de uma inspetoria, de um destacamento ambiental, que era o destacamento Anhanguera, mais um destacamento na região norte, que era o Cantareira. Em 2008, também se criou o destacamento Leste, então, nós acompanhamos quatro destacamentos. É um formato muito semelhante ao atual. O que isso aí nos mostrou? Nos mostrou o seguinte, que a nossa Guarda Ambiental passou a se especializar na aplicação de lei de crimes ambientais, justamente por ausência do poder de polícia administrativa, que isso nós não tínhamos. Hoje, Sr. secretário, agradeço a dedicação e empenho da Secretaria de Verde e nos proporcionar essa possibilidade de atuarmos com o poder de polícia administrativo onde hoje já temos operado os tablets na fiscalização ambiental, isso para nós é de grande importância. Não só na fiscalização ambiental, mas hoje também nós temos um instrumento, que é uma ferramenta de trabalho, que é a fiscalização do transporte e do descarte de resíduos na cidade de São Paulo. São duas ferramentas de grande importância. Tanto que a gente percebe que a gente consegue parar danos ambientais, principalmente essas áreas grandes de Bota Fora, com ferramentas de trabalho, que é justamente aquela que aplica ao infrator algum tipo de sanção. E as sanções da legislação de limpeza, elas são sanções que de uma certa forma acabam incomodando as pessoas porque o valor de multa é um valor elevado. Isso aí a gente percebeu que a forma de conter ocupações é justamente a gente intensificar. Mas o intensificar o monitoramento não significa que

a gente resolve o problema, porque nós conseguimos identificar antecipadamente qualquer nova construção. Depois a gente vai fazer a visualização dos dados que a gente colocou na nossa apresentação. Mas o que a gente precisa são ações imediatas e isso nós temos uma dificuldade, o Instituto da Apreensão, ele tinha que estar presente, e hoje a gente não consegue fazer apreensões. Então, por vezes o infrator, ele vai reutilizando aquele objeto causador do dano por mais de uma vez. A gente consegue identificar isso por mais de uma vez e a apreensão que não ocorre, ela simplesmente facilita que o dano não se interrompa, porque ele vai estar sempre ali reutilizando aquele instrumento. Sr. secretário, eu vou carregar a apresentação que eu acho que é interessante a gente ter alguns dados. E aqui na apresentação, eu acredito que a gente consiga ter uma visão assim mais detalhada. Eu carreguei a apresentação. Ela está visível, senhores? Está visível a apresentação?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Saiu, Gonçalves. Passa de novo. O senhor conseguiu colocar, mas aí saiu.

Marcos Luiz Gonçalves - Inspetor da Guarda Municipal Ambiental: Vamos tentar novamente.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Se caso o senhor não conseguir, a gente está aqui, a Neuza coloca por aqui. Isso. Quer que passe aqui? Porque a gente já está em tela praticamente.

Marcos Luiz Gonçalves - Inspetor da Guarda Municipal Ambiental: Ah, faz para mim, por favor.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Aí, quando for mudando a tela, o senhor fala para a gente. Como o senhor não vai enxergar aqui, aí o senhor fala pode mudar, está bom?

Marcos Luiz Gonçalves - Inspetor da Guarda Municipal Ambiental: Obrigado. Essa apresentação a gente procurou focar em cima das ações de defesa ambiental dentro da Guarda Civil Metropolitana. São não só ações, mas também composição. É o que nós temos disponível para empregar na proteção ambiental. É o próximo, para mim, por gentileza. Como a gente havia dito no histórico da ação de proteção ambiental, ele surge no ano 2004 e com a criação da Inspeção da Guarda Ambiental no ano de 2007. Então, quando a gente fala de escopo, que é o objetivo da implantação da Guarda Ambiental, a Guarda Ambiental surge para a proteção do patrimônio ambiental. De que modo? Por meio do emprego de efetivo motorizado, que é o que a gente utiliza não só para fazer a proteção do agente, mas como também fazer o monitoramento das áreas sensíveis à ocupação. Próximo, por gentileza. Em 2014, ela surge uma superintendência. A Guarda Civil Metropolitana percebe a necessidade de destinar dentro da estrutura da Guarda Civil uma superintendência. A superintendência tem um status um pouco mais de autonomia na parte de gestão de efetivos, não só efetivos, mas recursos materiais. Então, a nossa superintendência surgiu no ano de 2014, efetivamente. Ela passa a operar no ano de 2015, e o que ela faz, ela reagrupa os efetivos, porque até então, em 2008, quando surge a Inspeção da Guarda Ambiental, no ano de 2009, a Inspeção da Guarda Ambiental é extinta, e a Guarda Ambiental se tornou um programa, e o programa era executado por todas as unidades da Guarda Civil. Em 2014, efetivamente operacionalizada em 2015, ela reagrupa os efetivos e começou a dar uma destinação muito semelhante ao formato anterior que era da Inspeção da Guarda Ambiental onde começou a já definir as inspeções de defesa ambiental, que hoje é o nosso formato atual, inspeções de defesa ambiental. Hoje nós somos cinco unidades ambientais, cumprindo Capivari, Anhanguera, Cantareira, Carmo, e agora nós temos a Inspeção Represas, que é responsável pela fiscalização náutica das represas Guarapiranga, com convênio com a Marinha com a possibilidade de estender a fiscalização na empresa Guarapiranga com a ampliação do convênio da marinha. Então, com a reorganização no ano de 2018 da Secretaria de Segurança Urbana, surge uma necessidade de você fazer o agrupamento de unidades especializadas. Então, como não havia uma centralização de comando de unidades especializadas, no ano de 2018 surgiu a transformação da superintendência de defesa ambiental se transformando na superintendência de ações ambientais especializadas. E hoje ela agrupa 11 unidades, são unidades, uma unidade administrativa e 10 unidades operacionais, sendo 5 unidades ambientais. Uma delas muito conhecida, que atua na região central, é a IOP e temos o CANIL, que integra a nossa (som ininteligível). Por gentileza, o próximo. Então, a Guarda Civil Metropolitana, ela com foco na fiscalização das condutas visível ao meio ambiente, ela emprega hoje o seu efetivo, mas a importância hoje que nós damos é justamente nesse compartilhamento do poder de polícia, que é o poder de polícia devido da fiscalização ambiental com a aplicação do Decreto 6.514, o que eu trago de informação é que a nossa especialização sempre foi na aplicação da lei 9605. Por que a 9605? Porque é a única legislação que a gente conseguia atuar. Nós não tínhamos como atuar na fiscalização, então nós atuamos em cima da infração penal. Então hoje, só para os senhores terem uma ideia, nós vamos ver os números mais à frente, a quantidade de pessoas encaminhadas e a quantidade de boletins de ocorrência registrados. Então, a nossa especialização de guarda ambiental, ela foca em cima da aplicação da Lei 9.605, e o nosso curso, que é o curso que capacita o nosso agente a atuar na proteção ambiental, é o curso de policiamento ambiental, com previsão de sete turmas para este ano, e essa semana aqui nós estamos para concluir a nossa terceira turma. E estamos formando, viu, secretário? Estamos formando. Que é justamente a necessidade de capacitar para que a pessoa que aqui integra, o servidor que aqui executa suas funções, ele tenha pelo menos conhecimento da importância não só da proteção, mas ele também tenha conhecimento para identificar infrações com fundamentação legal. Próximo, por gentileza. As atividades operacionais hoje que nós desenvolvemos dentro das unidades

ambientais, ela trabalha não só na parte de repressão. Quando a gente atua em cima da parte penal, nós estamos trabalhando com repressão, mas nós trabalhamos também com prevenção. A prevenção se dá da seguinte maneira. Primeiro, nós temos ações em que nós fazemos abordagens em comunidades, escolas, por meio de um programa, são ações de educação ambiental. Então, nós temos equipes de educação, cada unidade ambiental tem uma característica. Então, qual a característica? É o desenvolvimento de atividades. A nossa unidade, especificamente em (som ininteligível) nós atuamos com atividades lúdicas, principalmente em escolas municipais. Então, nós fazemos os contatos, nós deslocamos o nosso efetivo e nós damos os atendimentos dentro das escolas com desenvolvimento de atividades lúdicas. E na prevenção ainda temos a possibilidade de atuar conjuntamente com a Secretaria da Educação no programa Recreio nas Férias. Então nós estamos inseridos no Recreio das Férias em parceria, Sr. Secretário, com a Secretaria do Verde, grande parceira nossa. E sem a Secretaria do Verde a gente não conseguiria receptionar a quantidade de crianças que receptionamos as duas vezes do ano que ocorre o Recreio nas Férias. Digo para o senhor secretário, que hoje a parceria que nós temos com a Secretaria do Verde e o bom relacionamento com os gestores, isso daí engrandece. Não só as nossas ações, mas as parcerias estamos sempre disponíveis para estar integrando qualquer projeto. Isso daí já está claro com os gestores. Os gestores, a gente tem um estreitamento aqui, os vínculos são estreitos mesmo porque há necessidade de compartilhamento. Então, a gente está sempre compartilhando nas ações preventivas. O monitoramento que nós fazemos, eles são focados em cima de áreas de interesse ambiental. As áreas de interesse ambiental são aquelas já definidas pelo poder público. Então, elas são todas mapeadas, nós temos o georreferenciamento, os pontos, são pontos QMZ, onde a gente consegue identificar as áreas sensíveis. Em cima disso, nós estabelecemos um sistema de monitoramento por meio de ronda motorizada. As ações de desfazimento, que são as ações necessárias para conter as ocupações irregulares, hoje ela está focada em cima de subprefeituras. Então, todas as ações que nós realizamos de monitoramento, sempre que identificado qualquer alteração de cenário, elas são enviadas não só para a subprefeitura, mas também para a Secretaria do Verde, para que ela tome conhecimento. Hoje é interessante também trazer essa informação que um dos maiores problemas que nós temos são as ocupações dos parques municipais. Os parques, eles estão sendo ocupados, por mesmo que nós não temos mais áreas públicas disponíveis. Então ou se ocupa parque ou se ocupa área particular, e esse é o problema que nós temos, porque a área particular por vezes ela está muito próxima ao parque, então se inicia na área particular e se estende para o parque municipal. Então hoje o problema que nós temos hoje são as ocupações nos parques municipais, mesmo porque, Sr. secretário, percebemos que se altera o formato do parque, já com o intuito de regularizar a ocupação mesmo, porque a retirada se torna uma missão quase impossível. Então a gente trabalha diretamente na parte de parques, no setor de patrimônio da Secretaria do Verde, onde eles organizam, eles presidem as reuniões, e a gente faz o dimensionamento do efetivo para estar fazendo a proteção dos agentes que ali desempenham suas funções. Mas a capacidade de desfazimento, que é as equipes de desfazimento, são das subprefeituras. Então as parcerias hoje que nós temos é com a Secretaria do Verde e com as subprefeituras. Atendemos outras demandas, sim, mas os nossos principais parceiros hoje são a subprefeitura e a Secretaria do Verde. As áreas de risco, nós temos monitoramento, não só áreas de risco, mas também nós fazemos monitoramento de córregos. Os córregos têm uma finalidade. Qual que é a finalidade do nosso monitoramento de córregos? Não só o patrulhamento com viaturas, mas também com sobrevoos de drones, onde a gente consegue identificar antecipadamente o aumento de construções e até mesmo no depósito de resíduos de construção civil, quando a gente busca evitar o risco geológico e hidrológico, principalmente em chuvas de verão. Então, nós temos essa capacidade de estar, por estabelecimento de rotinas operacionais, estar identificando com uma frequência qualquer tipo de alteração que ocorra nas margens dos córregos. Essas ações nossas, elas têm essa finalidade, é subprefeitura, Secretaria do Verde, mas a subprefeitura principalmente para que ela faça a remoção dos resíduos de construção civil e que ela faça também o desfazimento de mar de corvos. Isso evitando os riscos geológicos e hidrológicos. Atuamos em cima da fiscalização do transporte e descarte de resíduos, juntamente com a SMSUB, que ela traz hoje dois setores, que é SELIMP e SPREGULA, os quais, por delegação de competência, nos possibilita fazer a fiscalização do transporte e descarte de resíduos. Esse transporte e descarte de resíduos, diria hoje para os senhores, que é a ferramenta principal nossa, por que principal? Porque a gente consegue conter bota fora. Na região leste da cidade de São Paulo, nós temos algumas regiões onde nós intensificamos nossas ações, a região de Itaquera, a região de Guaianazes, a região de São Mateus, e uma parte da região de Sapopemba, que é a antiga São Mateus, mas como passa a passar por Sapopemba, nós também temos ações que são justamente as proximidades com os parques municipais, um deles é o Parque Guabiobeira, onde a gente tem não só a parte de ocupação, mas também nós temos a parte de descarte. O descarte de resíduos de construção civil, o que acontece? Ele, quando ele surge, você percebe que logo na sequência eles começam as ocupações. Então vence com o descarte e na sequência as ocupações vão ocorrer, nivelamento de terreno para fins de parcelamento. Então nós temos uma dificuldade muito grande, porque a gente identifica. Mas a ação efetiva, que é a remoção, é muito difícil. Porque hoje a capacidade das subprefeituras está muito reduzida. Então se eu faço apreensão, eu não consigo remover porque eu não tenho caminho para fazer remoção. Mas hoje se estuda a possibilidade de contratação de uma empresa para que ela faça a remoção e ela

faça a custódia do bem apreendido. Então está em discussão. Próximo, por favor. Obrigado. As ações ambientais, a gente tem um foco muito intensivo que é no comércio de animais silvestres. A gente faz mapeamento das áreas onde surgem as vendas de animais. Então, o que nós fazemos? Primeiro nós fazemos o monitoramento da área por meio de utilização de drones, identificamos o comércio, tentamos buscar os locais onde eles armazenam esses animais e, por vezes, nós fazemos um trabalho integrado com o setor nosso, que é um setor de inteligência, que é subordinado ao nosso sub comando, onde a gente estabelece a demanda, eles fazem todo o levantamento, eles nos passam todas as imagens e a gente consegue fazer a apreensão de animais. Hoje eu diria assim para os senhores que a Zona Leste hoje é a que possui o maior número de apreensões de animais por comércio irregular. São locais já tidos como infrações, quanto mais, do comércio. São feiras que acontecem na região de São Miguel, Itaim Paulista, aqui em Itaquera e na região de São Mateus. São os locais que a gente mais consegue obter resultados em fazer grandes apreensões do comércio irregular de animais silvestres. Mais para a frente a gente tem alguns números aí que podem até servir como exemplo disso que nós estamos falando. As ações de educação são aquilo que nós temos de prevenir. Estamos tentando, por meio de uma portaria, a gente está solidificando esse pensamento de educação ambiental dentro do nosso guarda civil metropolitano, onde a gente começa a estabelecer não só condições, mas projetos onde a gente possa atuar já com o público já determinado com emprego de recursos, não só humanos, mas também materiais. Hoje, o nosso carro-chefe da Ação de Educando, são circuitos de corda com implantação da tirolesa, isso é o mais é pedido. Mas eu não consigo atender a todos mesmo, porque depende de uma avaliação técnica. Mas todas as ações de educando, aqueles que nos convidam, o interesse é o circuito de cordas. E isso daí, a gente tem essa capacidade, mas não temos espaço. E, por vezes, o espaço tem que ser propício à instalação do circuito. Tanto que, hoje, as nossas ações são focadas muito no Parque Natural Fazenda do Carmo, com o gestor Tiago, o qual nos fornece o espaço e, de forma integrada, a gente consegue estar executando essas atividades. Eu não consigo levar, mas eu consigo trazer. Isso, para nós, é muito importante. Monitoramento de córregos é uma coisa que já está inserida na rotina ambiental. Hoje nós temos equipamentos para combate de focos de incêndio em mata. Então, hoje não só os equipamentos, como nós também promovemos treinamento. Então, o treinamento de utilização dos nossos equipamentos, que são os abafadores, os tanques, nós temos postais. Então, isso para nós também é interessante, porque anteriormente, hoje a Secretaria do Verde tem brigadistas, antigamente quem compunha brigadas era a guarda ambiental. E hoje, além dos brigadistas, nós conseguimos reforçar o time com os nossos servidores já equipados para fazer o combate aos focos de incêndio. O patrulhamento realizado pela Guarda Ambiental é uma característica do policiamento. As áreas sujeitas à ocupação são as áreas mais periféricas, por incrível que pareça. O poder público ali não consegue se estabelecer e ali não se alcança, ali não se tem viatura, ali não se tem fiscalização. É onde se estabelece as comunidades de forma precária e a precariedade ali é o que reina. Então as comunidades, elas são comunidades onde o acesso hoje, ele não é tão simples, mas o que se observa é que começa a aumentar a criminalidade. Então hoje a gente percebe que o patrulhamento hoje realizado pelo ambiental, ele contribui com a sensação de segurança. Mas, porém, a quantidade de eventos atendidos eles começam a despertar em nós uma preocupação, porque são os crimes comuns. Não só roubo, que é um crime que a gente atua, principalmente roubo de veículos, roubo de carga, e agora surge também a parte do tráfico de entorpecentes. Então, essas ocorrências acabam se tornando comum a nós, pela característica e especificidade da região que nós realizamos o patrulhamento. E o patrulhamento que é a fiscalização náutica, que é feita hoje atualmente na represa Guarapiranga. Está se cogitando a gente estender o convênio da marinha para estar fazendo patrulhamento na Billings. Qual que é a finalidade do policiamento náutico? É policiamento de embarcações. Mas eles fazem todo o monitoramento das orlas da represa Guarapiranga. Então, qualquer movimentação de ocupação onde fica nítida que a ideia ali é de parcelamento de solo, eles também geram os relatórios e a gente consegue fazer algumas ações com identificação do patrulhamento náutico onde eles fazem o policiamento com foco nas hordas da Represa Guarapiranga isso daí também são ações que nós desenvolvemos por meio terrestre e desenvolve por meio aquático. Próximo, por gentileza. A fiscalização do transporte e descarte de resíduos, como eu disse anteriormente, ela tem grande importância para nós da Guarda Civil Metropolitana. Porém, hoje a gente tem alguns problemas. Quais são os problemas que nós enfrentamos? Ela é uma competência delegada, ela originalmente é de SMSUB, anteriormente é ANLURB, agora SP Regula, só com uma divisão entre autoritário e município usuário, SELIMP e SP Regula. Então, isso para nós foi uma novidade, porque anteriormente nós tínhamos somente um órgão que regulava esse tipo de serviço, hoje nós temos dois órgãos dentro de SMSUB, e para nós assim, a ferramenta ela é importante, mas nós estamos aí há um ano, um pouco mais de um ano da implantação da ferramenta e há necessidade de ajustes. E quais são os ajustes? Definição do equipamento. Qual é o equipamento que a gente vai utilizar para fazer a fiscalização, porque a gente até hoje, nós estamos esperando o material necessário para a elaboração dos comunicados de infração. Utilizamos todos os que nós tínhamos, já temos só aqui a nossa unidade da Leste, já foram emitidos mais de 450 comunicados de infração, somente por constatação de transporte ou de descarte. Então a gente consegue atuar em cima do transportador, eu não consigo atuar em cima do gerador. O gerador, a gente não tem ação direta sobre ele a não ser que a gente consiga identificar o gerador quando o transportador efetuar o descarte de forma irregular. E ele identifica para nós o gerador. A

gente consegue chegar nele em cima da responsabilidade solidária. Mas hoje o que nós precisamos é da ferramenta que é o formulário. E esse formulário está acabando. E a gente está sempre aí pedindo para ver se há possibilidade de um fornecimento regular, mas a ideia nossa é essa daí. Sem esse formulário a gente não consegue conter, principalmente, as degradações que elas advêm do recebimento desses devidos de Constituição Civil, que são os Bota Fora. Isso aí é uma ferramenta essencial para nós. Hoje, a Guarda Civil, ela passa por um momento de transformação. Hoje, diria assim, que o investimento em tecnologia, ele é muito alto. Mesmo porque hoje a gente passa a operar o Smart Sampa. O Smart Sampa, para os senhores terem uma noção, ele tem uma previsão de instalação de 45 mil câmeras na cidade de São Paulo, e eles vão operar numa única central. Então, são câmeras onde elas façam identificar infrações. E eu tive a última reunião em que eu vou pedir instalação de algumas câmeras com foco de controle justamente do transporte e descarte de resíduos, que tem algumas áreas que a gente necessita fazer o monitoramento, mas a prática diz o seguinte, enquanto a gente melhora a fiscalização, o infrator, ele melhora também a sua forma de monitorar a fiscalização. Então, hoje, qual o problema que nós temos? Não são as ações por meio de monitoramento com viaturas e até mesmo o drone, onde quando o infrator, ele detecta qualquer tipo de fiscalização, eles interrompem as atividades. Então, o drone hoje, ele serve para nós, eu diria assim para vocês, não saberiam o que seria a Guarda Ambiental sem drone hoje. Eu sirvo a Secretaria do Verde, eu sirvo a Subprefeitura, eu sirvo o Ministério Público, eu sirvo a Procuradoria e eu sirvo também os pontos que são monitorados pela Secretaria Municipal de Segurança Urbana. Então hoje, eu diria para os senhores, é um equipamento que ele tem grande utilidade para nós da Guarda Ambiental. Tanto que eu tenho uma equipe específica de drone, para subir um drone eu preciso de piloto e observador. Então eu não consigo subir um drone somente com piloto, eu tenho que ter dois. Então eu tenho que ter uma viatura com três, porque eu tenho que ter um motorista. Então eu tenho uma equipe de drone nos dois plantões que são o plantão par e o plantão ímpar. Então de segunda a domingo eu tenho uma equipe subindo o drone. E o drone para nós é de grande importância, não somente na proteção ambiental, mas também nós efetuamos alguns monitoramentos de grandes eventos. A ideia é cada vez mais utilizar a tecnologia para a gente estar prevenindo as infrações. O drone hoje, só para vocês terem uma ideia, é comum a gente subir de drone, mas é comum subirem drone para nos observar também. Então, quando eu falo que o infrator também investe em tecnologia, por vezes a gente detecta os drones monitorando as nossas viaturas. Então, a determinada área onde a gente tem uma ação mais intensa, é comum você chegar na área e estar o drone se não tem o drone, você tem aquelas pessoas que ficam posicionadas com o telefone avisando que a fiscalização está chegando. E agora com as câmeras, eu acredito que isso vai melhorar muito para nós. O Smart Sampa também, para nós, eu achei uma medida muito importante do governo quando fez esse investimento, que é o monitoramento da cidade de São Paulo por meio de câmeras isso aí para nós é muito importante. O próximo, por gentileza. Nós temos na Secretaria Municipal de Segurança Urbana, que é justamente o diretor, é o inspetor Brígido, é o que está à frente de todas essas ações, onde ele seria a linha de frente com as outras secretarias. Ele trata efetivamente de assuntos ambientais com as demais secretarias. Aí após, aí a gente passa a intervir na parte de execução, mas na parte de gestão, é o DDVA, que é a Divisão de Defesa e Vigilância Ambiental, é o órgão responsável da secretaria. A DDVA tem uma central de monitoramento, que são pontos sensíveis, focado em cima de ocupações, que são os pontos CEMAB. Hoje o ponto CEMAB são mais de mil pontos que são monitorados por CEMAB, que são justamente as ocupações, todas as ocupações elas são monitoradas, e olha só que interessante, como é que eu faço essa documentação para encaminhamento a DDVA para que ele faça o georreferenciamento? É por meio de drone. Eu tenho que subir meu drone na mesma coordenada e pegar o mesmo perfil para que eles possam fazer as comparações. Então, o DDVA hoje, além da linha do tempo, ele consegue estabelecer a evolução, porque com a construção da linha do tempo, ele consegue estabelecer a evolução de cada ocupação na cidade de São Paulo. Todas as ocupações da cidade de São Paulo, elas são monitoradas pelo DDVA. O inspetor Brígido, do que está à frente, eu sou seu suplente, ele titular, mas a capacidade da DDVA é impressionante. Tanto que eles têm informações que eu não tenho, mas eu forneço informações para eles. Porque eles individualizam e o nosso sistema de gerenciamento, eu atendo por evento. Eu não individualizo, e o DDVA vai individualizando. Então eu consigo saber quantas ações eu tive, mas eu não consigo individualizar. Mais para a frente eu vou dar uma demonstração em cima do resgate de animais silvestres. Onde o meu número, ele nunca vai bater com o número do DDVA. Eles têm a quantificação deles, é muito mais precisa do que a nossa. Porque a nossa, ela vê atendimentos de eventos, e quando a gente manda informação, eles individualizam, eles têm contato direto com a Secretaria do Verde. Então, a precisão da informação deles é muito importante. Inclusive, hoje, de informações que eu preciso, eu tenho que fazer consulta a DDVA, isso aí para nós é interessante em cima do controle que eles têm. O próximo, por gentileza. Hoje, a Guarda Ambiental atua com um efetivo de 474 agentes, são agentes grande parte desse efetivo é operacional. Ele opera 29 veículos, que são esses veículos que nós temos, uma parte deles é tracionado 4x4. Eles necessitam ter essa característica em razão do terreno que eles operam. Nós temos três embarcações e duas motos aquáticas que atuam na represa Guarapiranga. Elas fazem não só o patrulhamento náutico, mas também o monitoramento da ordem da represa. E duas bases móveis são aqueles veículos que é tipo furgão Ducato, onde a gente utiliza não só para transporte de efetivo e em grandes operações. Eu não consigo ter um número

maior de viaturas, mas eu preciso ter um número maior de efetivo. Então a gente recolhe as viaturas, elas são transportadas em base móvel e a gente também utiliza a base móvel para fazer as ações de educando. Hoje as guardas ambientais, nós somos cinco, mas nós possuímos seis drones. Os drones, eles sobem diariamente, e os quatro tablets com impressoras, que são o equipamento destinado da Secretaria do Verde para fiscalização ambiental e o sistema que opera hoje é o SFA, que é o sistema de fiscalização ambiental. Estamos operando, secretário, estamos fazendo os ajustes. É lógico que o início tudo é muito difícil, nós estamos estabelecendo um link direto com o setor de fiscalização da Secretaria do Verde. E esses problemas, eles estão sendo solucionados aos poucos, eles vão surgindo e vai sendo solucionado, principalmente de acesso ao servidor web, mas aí seria mais um erro de comunicação do sistema com o servidor. Mas isso aí está sendo ajustado tudo via Secretaria do Verde e ProdAm. Mas nós já estamos empregando, então algumas infrações nós conseguimos emitir e outras nós não conseguimos emitir. É problema de sincronização, mas isso aí a gente está ajustando e espero que o mais breve possível esteja 100% o nosso sistema operando. Próximo, por gentileza. Esses dados são dados que eu digo para os senhores, a gente, o meu número nunca vai chegar próximo a isso, porque eu tenho hoje aqui, no ano de 2024, até o mês de julho, 2.543 ações envolvendo resgate de animais. Nós temos uma viatura, essa viatura, ela é equipada especificamente para fazer resgate, ela é uma viatura climatizada. Então hoje, só no ano de 24, até o mês de julho, são 2.543 animais resgatados. O que eu digo a divergência de números é que esses dados vêm de DDVA. Ele é específico em animais quando eu falo DGCM guarda, o nosso sistema aponta atendimento de eventos, então o nosso número é sempre inferior, porque ele não consegue quantificar a quantidade de animais. Por isso que a gente está fazendo um novo estudo para fazer a alteração dos indicadores, para que a gente consiga ter o mesmo número igual ao DDVA. E isso, o DDVA hoje tem um controle excepcional, com uma precisão muito maior. O ano de 2023, nós tivemos 5.010 animais resgatados ou apreendidos. Só um detalhe aí que eu gostaria de frisar, é o número de apreensão, que é 1.075 apreensões individualizadas, espécies individualizadas. Então, a apreensão nossa, ela tem um grande volume. Hoje as ações nossas, focadas em cima de apreensão, que são os animais mantidos em cativeiros ou de comércio, a gente tem um número até expressamente, a gente tem que ter a visão de que esse número é um número considerável do que se tem hoje para o que se tinha anteriormente. Anteriormente nós não tínhamos essas ações e hoje com a ação resolveu o efeito que isso surte num total de 5 mil animais. Então nós tivemos 43 entregas voluntárias e 3.892 animais resgatados são um total de 5 mil animais no ano de 2023. E assim, todos esses animais, a destinação dele é para a Secretaria do Verde. Que a gente faz a destinação CeMaCAS, CeMaCAS trata da reabilitação e reinserção. Próximo, por favor. Os pontos (som ininteligível), hoje ele tem uma distribuição, só aqui na região leste nós temos 330, é um número, para nós, eu diria assim pra vocês, que é um número que pra fazer o monitoramento, ele é difícil, porque eu tenho que fazer sobrevoo. Um drone, hoje, eu consigo fazer, no máximo, uma hora de sobrevoo. Eu tenho três baterias, cada bateria 20 minutos. Então, cada vez que a equipe sai, ela consegue subir o drone por uma hora. Então, para fazer 330 pontos, o tempo que eu tenho para fazer, ele é um tempo demasiadamente longo. Eu não consigo fazer num curto espaço de tempo. Mas percebam, senhores, aí quando a gente fala da Zona Sul. A Zona Sul são 487 pontos vulneráveis, sensíveis à ocupação irregular. E todos esses pontos, quem faz a parte de georreferenciamento, controle, ela faz o acompanhamento por Google Earth através de KMZ, é o DDVA. Hoje o DDVA monitora 1.052 pontos, isso daí eu diria para os senhores, não só para a guarda ambiental, a capacidade que nós temos de fazer levantamento dessas áreas, mas também a capacidade que eles têm de estar fazendo georreferenciamento, acompanhamento, construção da linha do tempo isso aí é muito importante. Próximo, por favor. Fiscalizações náuticas, só na represa Guarapiranga, não executamos policiamento na Billings, mas em Guarapiranga. Só em embarcações fiscalizadas em rampa, no ano de 2023 foram 5.020 embarcações. Embarcações em situações de risco são aquelas que elas iniciam faltando algum item de segurança. E por vezes elas são impedidas de acessar a represa. Então, são 162 embarcações que não tinham condições de estar navegando e elas foram, de alguma forma, impedidas. Fiscalização ambiental são aquelas que nós falamos, que são as fiscalizações de Orla. Só no ano de 2023, a Inspeção de Represas, eles fizeram 186 fiscalizações de Orla. Um total de 5.368 é um número significativo mesmo porque a característica de fiscalização ambiental é muito reduzida para a Guarapiranga, o limite deles é um limite menor que qualquer outra unidade ambiental, mesmo assim eles fazem números significativos. O próximo, por gentileza. No ano de 2023, essa estatística traz para nós aquilo que todas as guardas ambientais fizeram. Fiscalização de córregos, monitoramento quantas vezes nós passamos em córregos monitorando, não só a parte de ocupação, mas novas construções, construções verticais e até mesmo descarte de resíduos. Foram 15.370 rondas que nós fizemos no ano de 2023. Participamos em 197 ações de desfazimento juntamente com a subprefeitura. Fizemos um total de 31.794 fiscalizações ambientais, são todas ações em que nós iniciamos documentos, ou a gente foi, não só iniciar documentos, mas também dar continuidade em documentos. Nós temos um número aí expressivo de 31.700, foram 944 apoios às subprefeituras. Geralmente, os apoios às subprefeituras são aqueles documentos que nós geramos na fiscalização, que requer a ação do poder público e em contato com a subprefeitura e a Secretaria do Verde, nós vamos participar no apoio. Então, foram 944 apoios às subprefeituras, muitos deles notificações de desfazimento. A apreensão de máquina, nós fizemos 27, a OIDA nós apoiamos 23 e sobre voo nós subimos 887

vezes no ano de 2023. Então nós temos um total de ação de 49.242 ações somente no ano de 2023, somente em cima de ações ambientais, fora as demais ações que nós temos, até mesmo na participação de prevenção de crimes de oportunidade que isso aí eu não quis dimensionar, mesmo porque não é interesse nosso estar trazendo esses dados, porque o contexto, ele assim não define como importante. Mas só em ações ambientais nós temos números expressivos, principalmente na cobertura da cidade de São Paulo. Próximo, por gentileza. No ano de 2020 a 2024, é onde a gente teve uma intensificação nas ações de fiscalização ambiental. Eu puxei os quatro anos para a gente ter mais ou menos uma ideia de como era para trás o que é hoje, para perceber que hoje é do início para o dia atual, hoje é muito mais intenso a evolução em cima do que vai acontecendo e a necessidade de você empregar efetivo na proteção de meio ambiente. Então, ocupação irregular nós identificamos 3 mil ocupações irregulares. Ações contra o meio ambiente foram 6.200, pessoas conduzidas por crime ambiental, foram 1.584 pessoas, gerou 2.130 boletins de ocorrência. O número de pessoas conduzidas e o número de boletim de ocorrência é que por vezes há necessidade de registro sem condução de pessoas, onde a gente não consegue ter o infrator, somente a comunicação do crime. Então, hoje, nós temos só, nos quatro anos, são 1.500 pessoas conduzidas do Distrito Policial, todas elas por prática de crime ambiental. Grande parte delas entra não só na ocupação, mas também na parte de descarga de resíduos, que são os crimes que eles afetam diretamente a flora. Então, esses crimes, eles identificados, todos eles são conduzidos e toda essa documentação gerada, ela é encaminhada para a Secretaria do Verde, porque ela toma conhecimento e trate da forma como o infrator seja punido administrativamente. Desfazimento, nós participamos de 1.084 desfazimentos. Constatação de descarte de resíduos, 52 mil. Só que o descarte de resíduos e constatação não quer dizer que a gente constatou infrator. Os infratores, a coisa mais difíceis é você encontrar o infrator e quando você encontra, você encontra um onde você percebe que ali houve muito mais pessoas que participaram do dano. Mas nós tivemos 440 apreensões de caminhões. Essas apreensões de caminhões foram até AMLURB. Depois de AMLURB nós não fizemos mais apreensões. Então, em quatro anos já tivemos 66.532 ações com foco em proteção ambiental. Próximo, por gentileza. Agora a gente vê naqueles exemplos de patrulhamento. Então, o patrulhamento aéreo, que é com os drones, é essa visão que nós temos, que é onde fazemos nossos levantamentos, que são as ocupações. Essas ocupações a gente consegue fazer a contagem, eu consigo contar quais são as novas construções. E esses dados aqui, essa aqui é uma imagem que ela vai para a DDVA, que são as imagens que a DDVA tem para a construção da Linha do Tempo. Então a gente faz o levantamento de drone, a gente faz as imagens, essas imagens eu não consigo mandar por e-mail, a gente sobe o Google Drive e eles acessam e vão retirando as imagens que eles necessitam para a construção da linha do tempo. Próximo, por gentileza. Também fiscalização por drone, monitoramento de córregos, aquele que nós buscamos prevenir os riscos geológicos e hidrológicos e o drone, ele para nós é a ferramenta essencial mesmo porque a gente consegue ter uma visão muito mais ampla daquilo que a gente está fazendo o acompanhamento, só para ter uma ideia, a viatura parada embaixo para a visão que o drone tem e a visão que o operador tem. O drone para nós é uma ferramenta essencial, como também é utilizado no monitoramento de grandes eventos. Então, quando há grandes eventos, a gente também consegue fazer o monitoramento das pessoas que ali estão. Então, o drone traz para nós uma segurança maior em cima da proteção, aquilo que é a proteção, o drone nos dá uma visão muito mais ampla. E, às vezes, nós conseguimos até prevenir, não só prevenir, mas também reprimir, principalmente a parte de crimes. Próximo, por gentileza. Essas ações aqui são ações de drone também, que é monitoramento de áreas, é uma área de ocupação. Então o drone ele dá essa amplitude, a visão é muito mais ampla, então a gente consegue, por meio do drone, fazer um levantamento do que está acontecendo e a gente consegue organizar nossas ações, sempre em conjunto com a Subprefeitura e Secretaria do Verde. Do lado aqui nós temos algumas ações que é descarte de resíduos, que é descarte de produto químico, e esse descarte, percebam os senhores, o descarte é comum para o povo paulistano. Qualquer lugar que o senhor permaneça, observando, o senhor vai ver que as pessoas, elas adquirem hábitos. O ecoponto é o ponto desejado para que as pessoas façam descarte, mas o descarte ocorre em qualquer lugar, esse para nós aí, produto químico, descarte, eu digo para os senhores, esse aí para nós o perigo maior e a ação nossa sempre identificou a condução e aplicação de lei penal. Próximo, por gentileza. Essas ações aqui são as ações que nós temos aí em parques, essas imagens foram fornecidas pela (som ininteligível), onde eles fazem patrulhamento, provavelmente essa área aqui ou é parque natural, é muito provável. E aí, só para deixar claro, aqui dentro dos nossos parques naturais, nós temos caçadores. Então, desde a parte da montagem, do local onde ele permanece, um (som ininteligível) talvez alguma coisa nesse sentido, até mesmo das armadilhas que são encontradas, uma área de caça, onde a gente tem uma ação muito intensa também é o Parque Anhanguera. O Parque Anhanguera faz divisa com cidades. E as pessoas vêm de outras cidades praticar a caça dentro dos parques. O Parque Anhanguera tem, não só, o Parque Anhanguera tem uma característica interessante, que são capivaras. Então, é comum o senhor ter a caça de capivaras no Parque Anhanguera, e aí por isso que nós montamos patrulhas, as patrulhas vão a pé, elas vão batendo trilha, recolhendo todas as armadilhas, identificando e destruindo. Então isso aí também é um serviço que nós prestamos dentro dos parques municipais, são os de proteção integral. Próximo, por gentileza. São as ações que nós temos, que é a parte de comércio, não só a parte do comércio, como do lado nós temos aí uma apresentação de uma feira, essa feira ela é na Zona Leste da cidade de São Paulo. Como também os animais em cativeiros, é o

hábito que a pessoa tem de ter animal em gaiola, que são os pássaros. Então isso é muito comum também aqui na Zona Leste da cidade de São Paulo, e essas feiras de grande circulação, onde nós fazemos o acompanhamento. Essa é uma imagem de drone monitorando a feira. O drone vai fazer as imagens e depois com as imagens a gente consegue organizar as ações em cima de feira livre e as apreensões de animais geralmente são os animais mantidos em cativeiro. Isso daí, pelos números que nós apresentamos anteriormente, as ações nossas produzem bons resultados. Próximo, por gentileza. Essa parte de movimentação de terra é uma preparação para ocupação. Então, o que ocorre hoje, toda vez que a gente vê a movimentação de terra, a gente já percebe o seguinte, é preparando o terreno para o parcelamento do solo. Então, é abertura de vias, não só abertura de vias, como nivelamento de terreno para fins de edificação. Então, toda vez que nós identificamos, nós vamos buscar as autorizações, licenças ambientais e não havendo autorização, licença, a gente faz a comunicação aos órgãos ambientais até a subprefeitura e as pessoas são conduzidas ao Distrito Policial. Por vez, os equipamentos são apreendidos pela Polícia Civil. Próximo, por gentileza. Aí a fiscalização do transporte e descarte de resíduos, são as nossas viaturas abordando os veículos no transporte, e aqui nós temos também um veículo de descarte. Percebam os senhores aí, é o viaduto Grande São Paulo, ele é na Avenida do Estado, na região da Vila Prudente, Ipiranga, é uma região ali bem sensível e com olhos do poder público para que ali se evite o descarte. Mas a coisa é um tanto complexa mesmo porque o veículo ele faz o descarte em movimento. Ele caçamba em movimento e ali ele sai arrastando e é difícil a gente fazer a apreensão, nesse caso específico houve a apreensão de um veículo que estava descartando no viaduto grande São Paulo. Próximo por gentileza. As ações de educando são ações recentes, aqui nós temos ações em escola, mas como também grupo de escoteiros. Aqui é um grupo da Igreja Adventista, que fez uma visita em nossa unidade, onde a gente faz a palestra, trazendo alguns conceitos ambientais. E aqui ao lado é uma escola municipal, onde a gente foi ter uma ação com crianças de 4 a 6 anos, onde a gente tem que trazer para eles a visão de meio ambiente. Então, a gente utiliza não só o nosso material de captura, mas como a gente também utiliza bichos de pelúcia para estar fazendo interação com as crianças. Isso aí também produz bons resultados, mesmo porque após a saída das nossas equipes de educando, o assunto se torna sempre proteção ambiental. Eles começam a ver a necessidade de proteger. Próximo, por favor. O combate a incêndio em mata, hoje nós temos equipamentos específicos para combate a incêndio em mata, não só os abafadores, mas também às postais e hoje nós temos tanques. Eu tenho um tanque de 500 litros onde eu consigo equipar uma viatura e eu consigo combater incêndio. Então hoje nós temos essa possibilidade de estar colaborando com as brigadas. Antigamente nós integrávamos as brigadas de incêndio dos parques, hoje nós apoiamos. Deu qualquer evento de incêndio, a unidade acionada desloca o efetivo já com os equipamentos para fazer combate a incêndio. Próximo, por gentileza. Esse é o policiamento náutico, esse policiamento é na base de Guarapiranga. São as três embarcações, mais uma moto aquática, onde eles fazem policiamento na represa Guarapiranga. Não só de rampa pública, mas também as embarcações que se encontram pela represa. Próximo, por gentileza. Essa fiscalização é uma fiscalização onde o nosso operador está fazendo o uso do tablet da Secretaria do Verde. Qual que é a importância? é que a partir do momento que ele inicia a fiscalização, ele vai concluir com a notificação. Então, essa notificação, ela já vai para o infrator e ela já alimenta o sistema da Secretaria do Verde. O que isso aí melhora para nós? Melhora o tráfego de documentos. Hoje, a documentação gerada, ela tem um grande, além de quantidade de documentos, fluxo de documentos, a gente começa a tramitar processo SEI, a quantidade de processo SEI é muito grande. Então, eu abro o processo SEI na Secretaria de Segurança Urbana e ele é remetido para a Secretaria do Verde, que vai abrir o processo SEI na Secretaria do Verde. O uso do tablet encurta caminho. Então, para nós também é muito importante para fazer, até mesmo para surgir efeito para o infrator, porque até então o infrator com a gente não recebia nada, hoje ele recebe aí uma notificação. Isso aí para nós é muito importante. Próximo, por gentileza. Essas ações são as ações do Rio Grande do Sul as nossas embarcações desceram em apoio ao Rio Grande do Sul, não só as embarcações, mas como as motos aquáticas e mais um efetivo, não só da Guarda Civil Metropolitana, mas toda a Prefeitura, ela deslocou o efetivo pra lá, pessoal de saúde, desceu, então, houve uma integração, nessa ação de solidariedade ao povo do Rio Grande do Sul. Isso aí são as nossas equipes atuando, na parte não só de resgate, mas também na parte de patrulhamento. Próximo, por favor. Essas ações são as ações de São Sebastião. São Sebastião, nós descemos com nossas equipes para fazer o apoio no resgate das pessoas que foram soterradas naqueles eventos críticos climáticos que ocorreram em São Sebastião. Então nós destinamos para lá equipes, as equipes iam se substituindo e eles tiveram aí também, não só com as equipes de ambiental, mas também as equipes de canil e posteriormente as demais equipes de ações ambientais especializadas para fazer o patrulhamento, que é o estabilizar o após. Então após as ações de resgate se estabilizava com ações de segurança, que era o patrulhamento na cidade, e nós permanecemos lá no apoio de São Sebastião. Isso aí também são experiências que nós estamos desenvolvendo hoje e a gente começa a perceber a necessidade de nós não só capacitarmos o nosso pessoal para estar fazendo esse tipo de apoio, mas também estamos providenciando os equipamentos necessários e essa descida foi a primeira nossa. Nós tivemos problemas, principalmente com EPIS, que nós não tínhamos EPIS. Então eles tinham que ter descido com capacete, com roupa adequada, e aí a gente vê que às vezes está faltando alguma coisa e isso não serve de experiência para a gente estar providenciando. Se os senhores

observarem, no Rio Grande do Sul, eles já têm uma característica diferente, eles descem com equipamento melhor. E hoje, assim, as experiências vão nos provando a necessidade de promover estudos e adequações. Próximo, por gentileza. E por fim, senhores, a proteção do meio ambiente, ela é necessária, razão da nossa dedicação e empenho para garantir condições de sustentabilidade das gerações presentes e futuras. Essa é a nossa missão. Está sempre integrando. Senhores, integração sempre agradeço a atenção dos senhores que me coloco à disposição.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Inspetor Gonçalves, muitíssimo obrigado pela apresentação extensa e tocou em senão em todos, em praticamente todos os itens. Eu pessoalmente sou um grande fã da SMSU, do trabalho que a nossa guarda, do novo trabalho que a nossa guarda municipal realiza. Tive contatos frequentes aí com a secretária Elza, mais recentemente com o secretário (som ininteligível). Passei, nesses últimos quatro anos, por trocas da direção, com o inspetor Brígido, com o inspetor (som ininteligível) e considero que o trabalho que a guarda civil metropolitana, ambiental, faz para a cidade é precioso. Acompanho ela nos apoios que nos dão a proteção patrimonial dos nossos parques, as apreensões, aos desfazimentos que a gente vê frequentemente aqui dentro da própria SVMA e nas operações da OIDA e na proteção frequente, quando vão ao CeMaCAS para nos entregar a fauna, os bichinhos apreendidos. Então, agradeço profundamente a palestra que o senhor deu e espero que seja frequente, volte bastante e que retorne. Bom, infelizmente, pelo tempo que está pressionado, já são meio-dia e meio, eu não vou dar abertura para fazermos as perguntas, mas incentivo aqueles que tiverem perguntas ou quiserem discutir que nos mandem para o nosso CGC, no e-mail que todos têm, e a gente encaminha para o Inspetor Gonçalves, e depois, obviamente, retornamos com as suas respostas. A gente está pressionado com o tempo e a gente vai seguir no nosso expediente. Inspetor, muitíssimo obrigado pela sua participação, pela palestra, pelas suas palavras. Agradeço a participação e, mais uma vez, eu sou um fã da nossa SMSU, da nossa Guarda Civil Metropolitana, e sempre que eu vejo, pessoalmente, sempre que eu vejo o carro verde da Guarda Civil Metropolitana passando, meu coração bate mais forte. Muito obrigado e espero em breve ver o senhor aqui nas operações.

Marcos Luiz Gonçalves - Inspetor da Guarda Municipal Ambiental: Obrigado, secretário.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, inspetor Gonçalves, por gentileza, se o senhor pudesse tirar a sua tela que está compartilhando, eu te agradeço imensamente. Já tirou. Obrigada, Inspetor Gonçalves. Passando agora então para o quinto ponto do nosso expediente: Aprovação da criação da Comissão Especial do Corredor Ecológico Norte da Mata Atlântica, por iniciativa da nossa conselheira Rosélia, representante e coordenadora do Planejamento Ambiental - CPA. Eu fiz uma reunião com a Rosélia e nós decidimos então passar aqui pelo CADES, conversar e convidá-los, os nossos conselheiros. A dona Rosélia está aqui do meu lado, eu vou dar a palavra para ela. Ela vai fazer uma pequena explicação para os senhores e logo em seguida já vou explicar sobre os conselheiros que vão participar dessa comissão.

Rosélia Mikie Ikeda: Bom dia, então, a todos. Foi muito boa as apresentações de hoje porque vem a calhar com o assunto que eu trouxe aqui, que é a questão da mudança climática e a questão também da fiscalização. Então, a gente, vou pedir para passar o slide, porque nós vamos dentro da implementação do corredor ecológico da Mata Atlântica, na verdade a gente vem com uma legislação já federal e depois o município fez o plano municipal da Mata Atlântica e desde então esses corredores ecológicos estão grafados, foi feito o mapa da vegetação remanescente, depois o mapa dos corredores ecológicos, todos eles em 2016. Inclusive, os corredores ecológicos, eles foram a Guarda Ambiental, ela teve uma participação bem grande quando a gente grafou esses corredores ecológicos, que são importantes para a manutenção das nossas unidades de conservação. Pode passar para o próximo slide, por gentileza. Então, aqui está o uma foto aérea da Zona Norte, porque o PMMA ele trouxe, grafou em três regiões da cidade corredores ecológicos da Mata Atlântica, na Zona Norte, na Zona Sul e na Zona Leste. A gente priorizou a Zona Norte porque a Zona Norte é o lugar que ainda nós temos remanescentes da Mata Atlântica. Temos uma concentração de unidades de conservação. Acho que não está aparecendo no slide para todos. De qualquer forma, a gente está priorizando porque é uma região também que está em grande transformação, inclusive, de desenvolvimento econômico, e a ideia é que a gente acha, a equipe técnica concluiu que a Zona Norte, a gente tem uma prioridade para tratar essa questão do corredor ecológico, porque a ideia é que a gente consegue esse desenvolvimento econômico com a questão da proteção ambiental. A gente acha que as outras regiões, elas têm também prioridade, mas a gente não consegue abordar todos ao mesmo tempo, então a gente está iniciando pela Zona Norte. Eu trouxe essa foto aérea para mostrar que, em verde, nós temos os parques e unidades de conservação dentro do município de São Paulo, mas se a gente olhar para outros, porque a gente está bem na divisa do município, então se a gente olhar outros municípios, você ainda tem uma quantidade de matas, florestas, tanto na região norte quanto no Oeste, e isso quer dizer que você tem aí uma população de fauna silvestre bem significativa e que circulam entre as unidades de conservação. A ideia do corredor ecológico é exatamente permitir que essa fauna possa circular entre as unidades de conservação e elas fazem um serviço ecossistêmico de muita importância, que é exatamente conservar essas matas. A biodiversidade, quanto mais diversidade de fauna a gente tiver, a gente vai ter uma melhor conservação dessas florestas, que são o pulmão da cidade, que são esses poucos pulmões que a cidade ainda detém e que é importante para a nossa vida. Então, ela tem

uma importância, não é só para a fauna, é para todos. Então, essa que é a ideia do corredor ecológico. Então, dentro do corredor ecológico, pode passar o próximo slide. Então esses corredores ecológicos, esses polígonos coloridos, é como está no PMMA hoje traçado e a gente achou que essas áreas precisam ser conectadas. Elas têm algum tipo de desconexão e para essa conexão a gente está criando os caminhos reservados à fauna, que é exatamente a ideia dessa de a gente regulamentar esses caminhos exatamente nessa região norte, que é onde está havendo grande transformação, e que se a gente conseguir, pelo menos, regulamentar essas faixas, que é isso que a gente está solicitando, que o CADES possa começar esse primeiro passo, que é uma regulamentação de uma resolução dentro do CADES, para que a gente comece a ter mais força, porque esse corredor ecológico, como grafado no PMMA, a gente está verificando que ela não é uma regulamentação forte o suficiente, tanto que essa apresentação da guarda ambiental que trouxe veio a calhar para mostrar os problemas que a fauna está sofrendo. Então, acho que é isso. A gente está definindo, nesses trechos 1, 2, 3 e 4, caminhos reservados à fauna. Então, essa aqui é a ideia de que essa comissão de acompanhamento possa, a gente vai fazer algumas reuniões com essa comissão para exatamente a gente trabalhar nesta resolução. Acho que essa é a minha apresentação. Muito obrigada.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Obrigada, dona Rosélia. É ótimo que a dona Rosélia trouxe isso para a gente aqui do CADES. Aí eu pedi pra Neuza encaminhar para vocês o interesse de cada conselheiro e conselheira para estar participando dessa comissão para a parte da sociedade civil. Aí é que ficou como conselheiros, a dona Rosélia como presidente, que já foi, a senhora já determinou, vai determinar na reunião próxima. Aí a gente vai conversar, eu vou conversar com a dona Rosélia primeiro e depois a gente vai resolver sobre isso. Mas aí como conselheiros ficou. Aí ficaria a Dona Rosélia, do CPA, que é a nossa coordenadora. Aí a Anita, da CGPABI. Aí ficaria o Juliano da CLA, o William do CFA, o Douglas, que é da Secretaria de Infraestrutura Urbanas e Obras, o Patrício Gomes Moreira, que é da Secretaria Municipal de Saúde, o senhor Mário Luiz Albanese, do Setor Industrial, a dona Celina Sardão, que é do Macrorregião Centro-Oeste 1, e o senhor José Ramos, que é do Macrorregião Norte 2. E agora, parte técnica da SVMA ficou a Ana Paula, como relatora, a Alexandra, que é da CPA, a Lígia, da CPA, eu, Liliane Arruda, de CGC, o Marcelo Nardi, de CGPABI, a Leila Pedroza, que é da CGPABI, a Luciene Lopes, que é da CGPABI, o Yuri, que é do CLA, o André Tadeu, que é do CLA, e a Rafaela, que é a nossa parte do jurídico, que vai precisar, que é do procurador, que é do AJ. Então ficará, a Anita vai estar como parte dos conselhos, né? Anita é nossa conselheira, então a Anita fica na parte do conselheiro aqui. Então essa é a formação da parte técnica da comissão especial da dona Rosélia, que ela é a nossa coordenadora, e ela que vai coordenar essa reunião. Aí já fica posto que vai ser duas reuniões. Vai ser a aprovação do parecer técnico, que vai ser do dia 28 de agosto às 10h e dia 29 de setembro às 10h. Desculpa, 25 de setembro às 10h. As duas reuniões serão online, e o Sérgio vai montar a sala para vocês e vai encaminhar para os conselheiros. Mediante o que esses conselheiros que foram designados, vão sair em diário oficial, assinado pelo nosso secretário Rodrigo Ravena, para fazer parte dessa comissão. Então, eu coloco agora em aprovação os devidos nomes. E quem é um conselheiro que não foi citado aqui e que queira agora também participar, é só levantar a mão que o Sérgio ou a Neuza vai colocar aqui para vocês. Então, damos como aprovada a comissão com a coordenadora Rosélia, Implementação do Corredor Ecológico Norte de Mata Atlântica. Então está aprovada a sua comissão. E após o deferimento do parecer da comissão, será aprovado o parecer técnico da comissão especial que será realizado na reunião do CADES de outubro, 16 de outubro. O secretário Carlos está falando que a Delaine levantou a mão é isso?

Delaine Guimarães Romano: Sim, Oi Lili. Posso participar?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Pode, pode sim. Então, aí, nós vamos colocar o seu nome aqui. A Tereza Cristina também, ela pode participar. Sim, Tereza Cristina, também pode participar como parte de conselheiro.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: As reuniões, uma é no dia 25 de setembro e a outra qual que é?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: A primeira reunião vai ser dia 28 de agosto, às 10h, online, e a segunda reunião é dia 25 de setembro, também às 10h. O Sérgio, ele vai formar já a sala e já vai encaminhar para vocês o link, e um dia antes, a Neuza vai avisar no grupo do WhatsApp que vai ter a reunião. A dona Rosélia vai dar as maiores explicações para vocês aqui agora.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Está bom, obrigada. Rosélia Mikie Ikeda: Vai encaminhar com antecedência a apresentação que a gente tem sobre o projeto e a minuta de resolução, para vocês já irem olhando antes da reunião.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Deu, né? Obrigada, dona Rosélia. E a dona Rosélia está no e-mail, então ela vai orientar vocês também no e-mail de vocês. Então, eu quero agradecer imensamente todo o apoio dos conselheiros e conselheiras aqui pela Comissão Especial para formalizar nossos conselhos. E quando a Rosélia veio me procurar, eu até falei com o nosso secretário Rodrigo Ravena, que estaria junto com a Rosélia, sim, apoiando ela nesse assunto, porque é de extrema importância quando os nossos coordenadores me procuram para a gente estar passando, que a Laura fez com a gente, né, para estar passando no CADES, e pedir também a minha opinião, e eu fico muito grata, né, dona Rosélia, por isso, de eu estar te acompanhando nessa

trajetória também, né, dessa comissão especial aí. Então, eu passo então agora a palavra ao nosso presidente da mesa, Carlos, para dar encerramento, que hoje foi muito gratificante, né, a nossa presença aqui hoje. A Ana Negreiro, e tem a posse, por favor, da Ana Lúcia, fazendo favor, para dar agora no final. A Fanny levantou a mão, por favor, a Fanny.

Fanny Elisabete Moore: Obrigada Liliane, é bem rápido. Eu fiz uma pergunta no grupo sobre quando deverá se reunir novamente a comissão de pauta e quando será a primeira reunião da Câmara de Saneamento Ambiental. Câmara de pauta e Câmara de Saneamento. Eu não sei quais são as regras e não aconteceu ainda.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Deixa-me te explicar novamente, que eu passei isso via e-mail, vi que a senhora mandou para a gente no e-mail, né? Eu respondi no e-mail. Então, vou deixar isso bem claro aqui, registrado aqui também, que a senhora me perguntou isso no e-mail, eu já respondi na via e-mail. A reunião de pautas esse ano, a última pauta que nós vamos ter vai ser dia 18 de setembro. Então, nós vamos marcar a próxima reunião de pauta em outubro. Porque a reunião de pauta de setembro já está fechada, está deliberada na última reunião. Então, agora, as próximas reuniões que vai ter, nós vamos deliberar na próxima reunião de outubro. Aí eu vou ver a agenda e vou comunicar a todos os conselheiros e conselheiras que fazem parte da comissão de pauta. O de solo, não temos processo para passar. Então, já que não temos processo para passar, não tem, então, a reunião de solo. Então, quando tiver processo encaminhado para o CGC, eu vou encaminhar para os conselheiros que fazem parte das câmaras técnicas de solo, para convocá-los para fazer essa reunião.

Fanny Elisabete Moore: Saneamento ambiental é solo? A Câmara de Saneamento Ambiental trata de solo só?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Isso. Então, não tivemos ainda processo aqui na SVMA que trata sobre isso.

Fanny Elisabete Moore: É só esse caminho para que ela se reúna? Tem que haver um processo formal, senão não acontece?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Isso, é. Se não tiver esse caminho Fanny, realmente não acontece. Por isso que tem essa comissão específica disso.

Fanny Elisabete Moore: Eu pensei que fosse uma discussão do tema pelos conselheiros do CADES. Eu não tinha entendido isso. Porque quando vocês pediram e eu sou formalmente inscrita, eu imaginei que em algum momento essa Câmara se reunisse para ver quais questões trataria, mas não aconteceu. Já tem um ano que a gente está inscrita e não aconteceu nenhuma.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Não, e assim, tem essa reunião só quando tem esse processo, quando vem processo de coordenações. E realmente não está tendo essa reunião porque não tem o processo ciente para isso.

Delaine Guimarães Romano: Lili.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Oi Delaine.

Delaine Guimarães Romano: Não, eu ia te perguntar o seguinte, alguém ontem pediu para colocar uma apresentação em pauta, não foi? E aí, nós só temos as apresentações até setembro, não foi isso que nós decidimos?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Isso, isso mesmo.

Delaine Guimarães Romano: E aí, em outubro, não tem ainda.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Não, isso. Agora, as apresentações que vão vir de agora em diante, que nem a Fanny já pediu, nós vamos solicitar a reunião dos nossos conselheiros para passar essas pautas. E a gente vai aprovar outubro, novembro e dezembro.

Delaine Guimarães Romano: Então, assim, para a pauta de outubro, a gente ainda não tem definido.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Não, não temos.

Delaine Guimarães Romano: Não precisaria ser um pouquinho antes?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Porque a nossa reunião, quer ver?

Delaine Guimarães Romano: Se não, fica muito em cima para o tema.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Não, não fica tão em cima não, que as últimas a gente fez assim também. A última, a reunião de outubro vai ser dia 16 de outubro. Então, a gente poderia se reunir no começo de outubro, porque a gente tem ainda a pauta de setembro, que é dia 18 de setembro, a gente tem tempo ainda.

Fanny Elisabete Moore: Mas Lili, quem prepara a apresentação tem que apresentar com 15 dias de antecedência para circular entre os conselheiros. Então, é realmente pouco tempo, eu acho. Não sei. Normalmente, vocês pedem 15 dias para mandar a

apresentação, para circular entre os conselheiros, para depois entrar na pauta. Aí não teria esse tempo.

Delaine Guimarães Romano: Acho que poderia fazer em setembro, Lili. Porque aí já definiria os temas para o mês de novembro.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Mas aí a gente faz no final de setembro, que dá tempo, é quase um mês. Do dia 18 de setembro a 16 de outubro é quase um mês. Então, a gente pede 15 dias. Então, igual eu estou explicando para vocês hoje, tem tempo hábil para nós estarmos deliberando essas pautas de setembro, outubro, novembro e dezembro. Até então, que dia? Outubro, já temos umas que é da Rosélia, que nós vamos passar em pauta. E o que veio ontem também, que eu já vi no e-mail, também já temos mais umas. Então, vai dar certinho. Fica sossegada que estou organizando certinho, vai dar certo isso aí. As pautas vão dar certo. Dona Fanny fica tranquila que vai dar certinho, sim. Está bem-organizado.

Fanny Elisabete Moore: Vou pedir um favor. Eu recebi a resposta da SP Regula, eu vou ver com atenção, chegou ontem à tarde. Você, por favor, pode circular para os demais conselheiros? Sim. Porque aí, quando eu for fazer a resposta, todo mundo também já viu. Como todo mundo viu a pergunta, seria bom todo mundo ver a resposta, está bom?

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Sim, está aqui, a resposta tá aqui, só não vou ler agora porque já tá em cima da hora, mas a Neuza já vai encaminhar para vocês via e-mail, junto com a apresentação de hoje. e vai encaminhar para vocês a resposta. E tem a réplica, se caso a senhora quiser ter a sua (som ininteligível), por gentileza, eu peço que a senhora responda no e-mail, porque nós vamos copiá-los, tá? Então fica todo o seu critério, toda a sua defesa aí para estar respondendo. Ótimo. Celina, um minutinho, pode ser? Porque agora o Carlos vai dar a posse.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: É rapidinho. Eu queria cobrar de novo aquela apresentação da zeladoria, acho que foi em fevereiro de 2024, que ela ficou só de corrigir algumas coisas, desde fevereiro.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: A gente vê.

Celina Cambraia Fernandes Sardão: Já estamos em agosto. É, então, da zeladoria. Estou precisando de alguns dados. Se puder cobrar.

Liliane Neiva Arruda Lima - Coordenadora - SVMA/CGC: Eu vou ver essa apresentação aqui, o que eu posso fazer para a senhora. Vamos dar posse agora, por favor?

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Bom, voltando aqui ao ponto 2 do nosso expediente, como ficou pendente, a gente vai dar posse agora à nossa conselheira nova, conselheira titular, a senhora Ana Lúcia da Costa Negreiros, pela Secretaria Municipal de Justiça. A Ana está presente?

Ana Lucia da Costa Negreiros: Sim, estou presente aqui.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Ah, que bom. Que bom que você pode nos alcançar.

Ana Lucia da Costa Negreiros: Primeiramente, desculpas pelo atraso no ingresso da reunião por outros compromissos, mas a Márcia estava acompanhando e eu só quero reafirmar mais uma vez a satisfação de compor esse conselho e estar entre todos vocês para essa missão bem importante, viu? Muito obrigada a todos.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Ana, seja muito bem-vinda, aproveite. Como eu sempre falo, o nosso CADES é uma grande família, todos são amigos e as nossas discussões aqui são sempre equilibradas e amistosas. E temos, como você deve ter visto frequentemente, apresentações, palestras de pessoas muito bacanas, de pessoal da Prefeitura e especialistas que nos iluminam aí com conhecimento. As pedrinhas desse grande xadrez, elas vão se encaixando. Então, seja bem-vinda e venha participar aqui com a gente nas nossas reuniões presenciais que a gente tem sempre conselheiros aqui. Então, sendo assim.

Ana Lucia da Costa Negreiros: Obrigada.

Carlos Eduardo Guimarães Vasconcellos - Secretário Adjunto: Claro. Então, sendo assim, eu dou posse à nossa nova conselheira da Secretaria Municipal de Justiça, Ana Lúcia da Costa Negreiros. Muito obrigado. E temos alguma coisa para ainda? Bom, com isso, nós terminamos nosso expediente de hoje, da nossa reunião do CADES. Tivemos grandes apresentações, grandes reuniões. Essa última, da Rosélia, sobre os corredores, é um assunto também muito especial, muito importante, algo que a gente briga pela implantação desses corredores e é fundamental para a fauna se movimentar pela nossa cidade. Com isso, eu agradeço a presença de todos aqueles que ficaram até agora, já é quase uma hora da tarde. E o meu abraço fraterno, dou por encerrada a nossa reunião de hoje. Abraço a todos, boa semana e até a próxima.

São Paulo, 14 de agosto de 2024

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Documento: [109086183](#) | **Resolução**

Resolução nº 273/CADES/2024, de 14 de Agosto de 2024.

Dispõe sobre a aprovação da ata da 266ª Reunião Plenária Ordinária CADES.

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, usando das atribuições e competências que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, conforme a 267ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, a Ata da 266ª Reunião Plenária Ordinária do CADES

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Conselheiros que aprovaram a Resolução:

LIGIA PALMA DE BARROS LATORRE LOBO

OLIVER PAES DE BARROS DE LUCCIA

EDUARDO MURAKAMI DA SILVA

GUILHERME ISERI DE BRITO

DOUGLAS DE PAULA D'AMARO

MAGALI ANTÔNIA BATISTA

THAIS JOYCE DA SILVA AMORIM

LICIA MARA ALVES DE OLIVEIRA FERREIRA

ALEXANDRA VIEGAS OLIVA

ROSÉLIA MIKIE IKEDA

JULIANO RIBEIRO FORMIGONI

WILLIAN ARAÚJO AGRA

CARLOS ALBERTO MALUF SANSEVERINO

MARCO ANTONIO LACAVAL

EDUARDO STOROPOLI

ESTELA MACEDO ALVES

MARIO LUIS FERNANDO ALBANESE

JOSÉ RAMOS DE CARVALHO

TEREZA CRISTINA M. DA CUNHA

FANNY ELISABETE MOORE

EDVAN DA SILVA SANTOS

DELAINÉ GUIMARÃES ROMANO

CELINA CAMBRAIA FERNANDES SARDÃO

Coordenadora Geral: Liliane Neiva Arruda Lima

São Paulo, 14 de agosto de 2024.

RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA

Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente e

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES

Documento: [109086388](#) | **Resolução**

Resolução nº 274/CADES/2024, de 14 de agosto de 2024.

Dispõe sobre criação da Comissão Especial de acompanhamento da "Regulamentação dos Caminhos Reservados à Fauna no âmbito da Implementação do Corredor Ecológico Norte da Mata Atlântica"

O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, usando das atribuições e competências que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar, conforme a 267ª Reunião Plenária Ordinária do CADES, a criação da Comissão Especial de Acompanhamento da "Regulamentação dos Caminhos Reservados à Fauna no âmbito da Implementação do Corredor Ecológico Norte da Mata Atlântica" com a seguinte composição:

I - Membros (as) Conselheiros (as):

a) Rosélia Mikie Ikeda - SVMA/CPA

b) Anita Correia de Souza Martins - SVMA/CGPABI

c) Juliano Ribeiro Formigoni - SVMA/CLA

d) Willian Agra - SVMA/CFA